

RELATÓRIO
DE ESTABILIDADE FINANCEIRA 2012

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2013

Ficha Técnica

Título: Relatório de Estabilidade Financeira 2012

Editor: Banco de Cabo Verde
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
<http://www.bcv.cv>

Paginação: Departamento de Recursos Humanos e Administração

Impressão: Tipografia Santos

Tiragem: 120 Exemplares

Índice

Sumário Executivo	5
1. Sistema Financeiro – Enquadramento e Riscos Macroeconómicos.....	9
2. Sector Bancário.....	15
2.1 - Competitividade	15
2.2 - Actividade e rendibilidade	15
2.3 - Riscos da actividade bancária	17
2.3.1 - Adequação de Fundos Próprios e Solvabilidade	17
2.3.2 - Risco de Crédito	20
2.3.2.1 - Repartição do crédito	20
2.3.2.2 - Nível de incumprimento	21
2.3.3 - Risco de mercado	26
2.3.3.1 - Risco de taxa de juro.....	26
2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio	27
2.3.4 - Risco de liquidez.....	29
2.3.4.1 - Condições de financiamento	29
2.3.4.2 - Indicadores de Liquidez.....	30
2.3.4.3 - <i>Mismatches</i> por prazos e <i>gaps</i> de liquidez.....	31
2.3.5 - Risco operacional	32
2.4 - Resultados dos <i>stress tests</i>	34
3. Estratégias e medidas de estabilização financeira	37
4. Sector Financeiro Segurador	39
5. Mercado de Valores Mobiliários.....	41
5.1 - Actividade.....	41
5.2 - Riscos	42
6. Infra-estrutura e regulação do Sistema Financeiro.....	43
6.1 - Sistema de pagamentos.....	43
6.2 - Regulação do sistema financeiro	44
7. Considerações finais	47
Caixas	
Caixa 2.1 - O novo rácio de crédito em risco	25
Caixa 2.2 – O Sistema de Avaliação de Riscos e Controlos (SAR)	33
Caixa 2.3 - O Z-Score e a estabilidade financeira nacional.....	36
Quadros	
Quadro 1 - Indicadores macroeconómicos e financeiros	7
Quadro 2 - Produto Interno Bruto - projecções para Cabo Verde	10
Quadro 3 - Balança de Pagamentos	11

Quadro 4 - Contas do Estado	12
Quadro 5 - <i>Stock</i> da dívida interna bruta	13
Quadro 6 - Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário.....	14
Quadro 7 - Taxa da margem financeira.....	17
Quadro 8 - Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade.....	18
Quadro 9 - Activos ponderados pelo risco	19
Quadro 10 - Qualidade da carteira de crédito.....	22
Quadro 11 - Exposição em moeda estrangeira e choque cambial.....	28
Quadro 12 - Indicadores de Liquidez.....	31
Quadro 13 - <i>Mismatches</i> por prazos e <i>gaps</i> de liquidez.....	32
Quadro 14 - Risco operacional em função do risco total	32
Quadro 15 - Resultados dos <i>stress tests</i>	34
Quadro 16 - Taxa de penetração e densidade do seguro	39
Quadro 17 - Resultados e rendibilidade do sector segurador	39
Quadro 18 - Cobertura das provisões técnicas por activos	40
Quadro 19 - Margem de solvência	40
Quadro 20 - Capitalização bolsista	41
Quadro 21 - Capitalização por segmentos - 2012.....	41

Gráficos

Gráfico 1 - Índice de HH.....	15
Gráfico 2 - Evolução do TIER I, TIER II e FP	18
Gráfico 3 - Variação dos activos ponderados pelo Risco	19
Gráfico 4 - Solvabilidade - comparação internacional	20
Gráfico 5 - Crédito a Empresas não Financeiras	20
Gráfico 6 - Crédito a Particulares	21
Gráfico 7 - <i>Non performing loans</i> (NPL) - comparação internacional	22
Gráfico 8 - Exposição da banca ao sector da construção	23
Gráfico 9 - Grandes exposições / Fundos Próprios – comparação internacional.....	23
Gráfico 10 - Provisões / NPL – comparação internacional.....	24
Gráfico 11 - Taxa de juro de curto e longo prazo.....	26
Gráfico 12 - Risco de taxa de juro	27
Gráfico 13 - Taxas de câmbio do escudo	28
Gráfico 14 - Exposição cambial líquida/Fundos Próprios - comparação internacional.....	29
Gráfico 15 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário	29
Gráfico 16 - Crédito, Depósitos e Rácio de Transformação de depósitos em crédito	30
Gráfico 17 - Rácios de Liquidez – comparação internacional.....	31

Sumário Executivo

A deterioração contínua do enquadramento externo da economia, a desaceleração da actividade económica nacional, entre outros factores, condicionaram a actividade, o desempenho e a solvabilidade dos bancos em 2012, contribuindo deste modo, para um aumento dos riscos para a estabilidade financeira.

Apesar da tendência de desaceleração económica, os bancos em Cabo Verde acusaram um crescimento da actividade bancária, medida pela expansão dos activos. Os resultados e a rentabilidade do sector bancário reduziram-se, tal como se verificara no ano transacto.

Os níveis de incumprimento no crédito continuaram elevados e com tendência ascendente desde 2010. O risco de crédito constitui o principal risco para o sistema bancário, devido, essencialmente, à concentração de riscos nos sectores da habitação e construção e a um número reduzido de contrapartes.

Em virtude da perda considerável da qualidade da carteira de crédito e o cenário macroeconómico nacional e internacional menos favorável, o Banco de Cabo Verde recomendou às instituições bancárias o reforço de provisões e das imparidades. O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões elevou-se assim para 112,3 por cento (96,6 por cento em 2011) – de acordo com a Circular nº 150 – e para 71,2 por cento (57 por cento em 2011) – critério IAS/IFRS, ajustado pelas normas prudenciais – registando-se uma melhoria.

A exposição do sector bancário face às sociedades não financeiras ligadas ao negócio imobiliário continua a manifestar-se em montantes elevados, que ultrapassam o nível de 10 por cento dos Fundos Próprios – patamar considerado de grande risco – face a um número limitado de contrapartes. Constatou-se que a exposição face aos 5 maiores devedores era, em Dezembro de 2012, superior a 120 por cento dos Fundos Próprios. Adicionalmente, observou-se um elevado grau de exposição da banca perante vários devedores simultaneamente, na maioria das vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema.

O nível de solvabilidade agregado das instituições caiu significativamente, face a 2011, em decorrência do reforço de provisões face às perdas reconhecidas na carteira de crédito, mantendo-se, contudo, acima dos 10 por cento.

Os indicadores agregados de liquidez apontam para uma melhoria do nível de liquidez, contudo, as informações reportadas por algumas instituições individualmente apontam para níveis de rácio crédito/depósitos acima dos 100 por cento e *gaps* apreciáveis de liquidez, o que se pode materializar em constrangimentos de liquidez, potencial acréscimo dos custos de financiamento e, por conseguinte, num aumento do risco.

Importa ainda referir que os níveis de liquidez e de rentabilidade existentes no sistema permitem aos bancos fazer face aos eventuais riscos emergentes.

Os *stress tests* apontam para potenciais riscos de perda da qualidade da carteira das instituições bancárias, em caso de materialização de choques de crédito, especialmente nos sectores da construção, habitação e consumo. Os testes alertam igualmente para o elevado risco de exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

As incertezas acerca da retoma económica nacional e internacional indiciam que a tendência de agravamento dos factores de risco deverá persistir, pelo que o Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de regulação e supervisão, reafirma o seu propósito de continuar a implementar as estratégias e medidas necessárias para reforçar a solidez das instituições e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Quadro 1 - Indicadores macroeconómicos e financeiros

(Em percentagem; valores em final de período)

INDICADORES MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Índice de preços no consumidor						
Taxa de variação média dos últimos doze meses	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5
Taxa de variação em relação ao mês homólogo	4	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1
Taxa de câmbio - Euro/Dólar	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2	1,3
Taxa de variação real do PIB	9,2	6,7	-1,3	1,5	1,7	1,0
Sector público - Indicadores seleccionados						
Saldo global, incluindo donativos (em % do PIB)	1,7	-0,9*	-5,9*	-11,0*	-9,1*	-13,5*
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-2,8	-5,6*	-11,0*	-17,8*	-12,1*	-15,5*
Saldo primário (em % do PIB)	3,3	0,5*	-4,5*	-9,4*	-7,6*	-11,4*
Saldo corrente (em % do PIB)	5,4	5,5*	2,1*	2,0*	3,2*	1,8*
Dívida interna pública em % do PIB (excluindo depósitos da DGT)	19,1	15,9	13,8	16,1	18,0	22,8*
Dívida externa pública em % do PIB	39,9	38,5	42,8	50,8	56,8	73,0*
Taxa de juro das obrigações do Tesouro (última emissão)	5,5	5,4	5,7	6,0	6,0	5,5
Sector financeiro bancário						
Rendibilidade						
Taxa de juro activa implícita (1)	13,4	10,8	9,4	9,9	9,6	6,73
Taxa de juro passiva implícita (2)	2,3	2,5	2,7	2,9	3,2	3,39
Margem implícita	11,1	8,3	6,7	7,0	4,0	3,34
ROE - rendibilidade dos capitais próprios	30,9	15,8	9,8	9,9	6,3	3,9
ROA - rendibilidade do activo	1,6	1,0	0,7	0,7	0,5	0,3
MF - Margem financeira (% do activo total)	3,7	2,9	3,8	3,03	3,7	3,1
Comissões líquidas (% do activo total)	0,9	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5
Custos operacionais/produto bancário	53,1	52,3	65,5	66,9	68,0	76,5
Custos operacionais/activo total líquido	2,7	2,9	3,5	3,4	3,3	3,2
Solvabilidade						
Rácio de adequação global dos fundos próprios	11,4	12,0	11,5	15,6	14,0	12,13
Risco de taxa de câmbio +						
Posição líquida em ME						
Em % do activo líquido	-	-	-	-	3,5	3,1
Em % dos fundos próprios	-	-	-	-	42,3	49,58
Risco de taxa de juro ++						
Gap AS / PS até 1 ano						
Em % do Activo Líquido	-	-	-	-	2,8*	-5,2
Em % dos Fundos Próprios	-	-	-	-	34,09*	73,1
Risco de liquidez						
Activo líquido/activo total	15,9	15,3	16,4	12,5	8,2	13,2
Activo líquido /passivo de curto prazo	44,1	45,1	49,2	37,7	28,2	42,9
Rácio crédito/depósitos	53,7	75,7	75,5	79,2	86,0	79,1
Risco de Crédito						
Qualidade da carteira de crédito (Circular nº 150 de 28/12/2009)						
Crédito e juros vencidos / crédito total	4,3	2,5	3,9	4,0	7,2	9,33
Crédito vencido líquido / crédito total	-0,5	-2,8	-1,7	-1,8	1,9	9,5
Provisões (3) / crédito vencido	113,2	211,5	141,9	143,9	96,6	112,3
Provisões / crédito vencido (IAS/IFRS ajustado pelas normas prudenciais)	-	-	-	-	57,0	71,2
Sector financeiro segurador						
Evolução da carteira	12,8	15,3	3,3	4,1	4,6	3,2
Grau de penetração dos seguros na economia (% do PIB)	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,54*
ROA	13,2	12,6	14,6	15,9	13,7	10,3
Grau de cobertura das provisões técnicas por activos	141,9	135,2	143,4	155,1	182,6	170,0
Margem de solvência	166,8	200,1	269,6	298,0	279,2	301,0
Mercado de Valores Mobiliários						
Capitalização bolsista total (tv em %)	190,7	-3,7	0,0	19,8	5,0	23,1*
Capitalização bolsista total (em % do PIB)	15,5	13,5	11,5	15,7	15,5	20,317*

Fonte: Banco de Cabo Verde, *Bloomberg*.

AS - Activos sensíveis à taxa de juro; PS - Passivos sensíveis à taxa de juro; DGT- Direcção Geral do Tesouro.

* Valores provisórios. PIB calculado com base nas novas contas nacionais do INE, tendo em conta as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993.

+ Dados relativos às disponibilidades e responsabilidades em moeda estrangeira a 31/12/2012 - DMR.

++ Dados reportados, segundo o mapa de apuramento do risco de taxa de juro.

(1) Juros e proveitos equiparados/Créditos total (excluindo títulos).

(2) Juros e custos equiparados/depósitos totais.

(3) não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

1. Sistema Financeiro – Enquadramento e Riscos Macroeconómicos

O ano de 2012 ficou marcado pelo abrandamento económico mundial, causado sobretudo pela crescente debilidade das economias dos países desenvolvidos, particularmente dos europeus, que enfrentam um ciclo de altas taxas de desemprego e grande fragilidade do sector financeiro, aliado aos riscos soberanos crescentes e à austeridade orçamental.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial cresceu 3,2 por cento em 2012, em desaceleração face aos 4 por cento registados em 2011. Para 2013, essa instituição prevê um crescimento moderado de 3,3 por cento, previsão marcada todavia por grande incerteza quanto à recuperação económica e à contenção do desemprego.

Na Zona Euro, as estimativas para 2012 apontam para uma contracção económica de 0,6 por cento, em consequência, sobretudo, do impacto na economia real e na confiança dos agentes económicos do processo de consolidação orçamental dos países sobreendividados e respectivo contágio aos demais países da região. Nos EUA, a economia continuou a trajectória de recuperação, tendo registado um crescimento em 2012 (de 1,8 para 2,2 por cento) e uma redução da taxa de desemprego para 7,8 por cento (8,5 por cento em Dezembro de 2011). Na origem desta evolução estiveram os estímulos monetários, designadamente, a manutenção das taxas de juro de referência perto de zero, bem como a aquisição de garantias dos empréstimos hipotecários pelo Federal Reserve (FED), impulsionando os investimentos (empresariais e residenciais) e, em consequência, o consumo privado.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, há registo de uma desaceleração económica em 2012 (de 6,4 para 5,1 por cento), o que contribuiu igualmente para a desaceleração da actividade económica mundial. A redução da procura dos países avançados, aliada à implementação de medidas visando a consolidação do balanço das instituições financeiras (face à deterioração da qualidade da sua carteira de activos), explica, em grande medida, o desempenho daquelas economias. Não obstante a desaceleração ocorrida em 2012, perspectiva-se para 2013 um crescimento de 5,3 por cento, por efeito de maior consumo interno, apoiado por políticas macroeconómicas, e da recuperação das exportações.

Perante o cenário de persistente crise internacional, sobretudo dos principais parceiros do país (Portugal, Espanha, Itália, entre outros países da União Europeia), o crescimento económico em Cabo Verde também abrandou em 2012.

O produto interno bruto em termos reais cresceu um por cento em 2012, abrandando 0,7 pontos percentuais face a 2011. Este desempenho menos favorável da economia nacional foi determinado grandemente pela acentuada redução da procura interna, em consequência da queda expressiva do consumo e investimento privados. O indicador do consumo registou uma redução bastante acentuada, 11,8 por cento, relativamente ao aumento de 1,9 por cento registado no ano transacto. O mesmo aconteceu com o investimento, que teve um decréscimo relativo de 0,7 por cento na sua componente de Formação Bruta de Capital Fixo. Em sentido inverso, a procura externa líquida contribuiu substancialmente para o crescimento do produto, através da diminuição significativa das importações de bens e serviços (favorecida pelo efeito preço negativo).

Quadro 2 - Produto Interno Bruto - projecções para Cabo Verde
(variação percentual)

Produto Interno Bruto (Projeções)	2011 E	2012 E
Produto Interno Bruto	148.141	138.837
PIB real	1,7	1,0
Consumo Privado	1,9	-11,8
Consumo Público	2,2	-0,9
Formação Bruta de Capital Fixo	6,0	1,8
Exportações	11,6	-0,7
Importações	10,7	-12,3

Nota - Estimativas com base nas novas contas nacionais do INE, tendo em conta as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993

E - Estimativas

Fonte: Banco de Cabo Verde

Do lado da oferta, os indicadores disponíveis (indicadores de conjuntura do Instituto Nacional de Estatísticas, bem como os indicadores quantitativos seguidos pelo Banco de Cabo Verde) sugerem que os sectores do turismo, da construção e da agricultura estiveram mais dinâmicos em 2012. O aumento da procura turística, não obstante a desaceleração havida, e a dinâmica dos projectos públicos poderão explicar o desempenho mais favorável dos dois primeiros sectores. Contudo, este melhor desempenho não foi suficiente para compensar os resultados pouco favoráveis do comércio e da indústria transformadora, bem como das pescas.

A taxa de inflação média anual fixou-se nos 2,5 por cento em 2012, numa clara tendência de diminuição relativamente a 2011, reflectindo não só a situação de inversão da orientação dos preços internacionais importados (sobretudo, bens alimentares e combustíveis), como também de aumento da produção interna, num contexto de redução da procura interna.

As contas externas em 2012 acusaram melhorias, tendo as necessidades de financiamento da economia reduzido cerca de 27 por cento e as reservas aumentado para 298 milhões de euros. A evolução das contas externas e, em particular, a redução do défice da balança corrente, em cerca de 25 por cento, reflecte, em larga medida, o ajustamento do sector privado às condições de financiamento (internas e externas) mais restritivas, a redução dos preços internacionais de matérias-primas energéticas e bens alimentares, algum aumento da produção de bens frescos e de energia renovável, bem como o contínuo crescimento da procura turística.

Quadro 3 - Balança de Pagamentos
(fluxos em milhões de escudos)

Balança de Pagamentos	2011E	2012 E	t.v. (%)
Balança Corrente e de Capital	-22.957,9	-16.847,8	-26,6%
Balança Corrente	-23.943,0	-17.954,5	-25,0%
Bens	-67.206,1	-61.629,5	-8,3%
Exportações	16.758,9	15.776,6	-5,9%
Importações	-83.964,9	-77.406,1	-7,8%
Serviços	20.449,0	25.907,2	26,7%
Exportações	45.749,4	51.275,5	12,1%
Transporte aéreo	11.250,4	10.627,2	-5,5%
Viagens de turismo	27.850,8	33.752,9	21,2%
Importações	-25.300,4	-25.368,3	0,3%
Rendimentos	-5.654,6	-5.105,4	-9,7%
Transferências Correntes	28.468,8	22.873,2	-19,7%
Transferências oficiais	5.535,2	5.339,0	-3,5%
Remessas de emigrantes	13.423,0	13.627,9	1,5%
Balança Capital	985,0	1.106,7	12,4%
Balança Financeira	23.023,0	16.984,8	-26,2%
Investimento Directo	8.087,3	6.008,8	-25,7%
Dívida Externa Pública	14.265,7	17.206,9	20,6%
Dívida Externa Privada	-1.011,6	-2.637,8	160,7%
Activos de Reserva	3.484,2	-4.059,2	-216,5%

E: estimativas

t.v. - taxa de variação

Fonte: Banco de Cabo Verde

As importações de bens e serviços acusaram uma redução em torno de seis por cento, causada sobretudo pela evolução dos preços das mercadorias importadas (-15,6 por cento). Por seu turno, as exportações de bens contraíram 5,9 por cento, apesar dos aumentos consideráveis registados em 2011 e 2010 (respectivamente 48,5 e 53,2 por cento). No entanto, o aumento das exportações de serviços (impulsionado pelo crescimento das receitas brutas de turismo em 12,1 por cento) superou o efeito negativo da redução das exportações de mercadorias.

Em sentido contrário, a balança de transferências correntes teve uma evolução desfavorável em 2012, em resultado de uma redução ligeira de donativos (0,6 por cento) e de uma forte desaceleração do ritmo de crescimento das remessas dos emigrantes (de 29,3 para 1,2 por cento).

Apesar da redução das necessidades de financiamento da economia em cerca de 27 por cento, o saldo da balança financeira (excluindo os activos de reserva) aumentou cerca de 11 por cento, provocado pelo aumento dos desembolsos líquidos da dívida pública (na ordem dos 21 por cento). Consequentemente, o *stock* da dívida externa pública correspondeu a cerca de 70 por cento do PIB em 2012 (56 por cento do PIB em 2011) e a posição devedora da economia cabo-verdiana face ao resto do mundo deteriorou-se, representando 76 por cento do PIB (que compara a 62 por cento do PIB em 2011).

As reservas internacionais líquidas, a 31 de Março, passaram a garantir 4,2 meses de importações projectadas para 2013.

No actual contexto de deterioração do enquadramento externo da economia e de perspectivas menos favoráveis para a economia nacional, a política orçamental em 2012, afigurou-se expansionista, na mesma orientação que a vem caracterizando desde 2009.

O défice orçamental aumentou 5.123 milhões de escudos, atingindo 18.693 milhões de escudos (13,5 por cento do PIB), em 2012. Embora se tivesse antecipado uma queda dos donativos, uma redução das despesas de investimento e um crescimento moderado das despesas de funcionamento, a diminuição não antecipada das receitas fiscais, paralelamente à aceleração da execução do Programa Pluri-Anual de Investimentos Públicos, condicionou a execução das despesas correntes.

Quadro 4 - Contas do Estado

(em milhões de escudos)

Contas do Estado	2011	2012	Var. %
Receitas fiscais	29.581	27.515	-6,98%
das quais:			
Imposto s/ IVA	11.603	10.402	-10,35%
Imposto único sobre Rendimento	8.678	8.626	-0,60%
Donativos	4.342	2.768	-36,25%
Despesas Correntes	28.814	29.805	3,44%
das quais:			
Salários	13.967	14.354	2,77%
Transferências	3.695	3.635	-1,62%
Benefícios Sociais	3.345	3.621	8,25%
Despesas de Investimento	22.627	23.891	5,59%
Saldo global (incluindo donativos) em % do PIB	-9,1	-13,5	-
Saldo corrente em % do PIB	3,2	1,8	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

As receitas globais (incluindo a ajuda orçamental) reduziram-se 6,6 por cento, passando para 35.050 milhões de escudos, sobretudo, devido à redução de dez por cento do valor arrecadado do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e à diminuição da ajuda orçamental concedida pelos principais parceiros em 36 por cento. Face a isto, as despesas correntes cresceram de forma moderada, num total de 29.805 milhões de escudos em finais de 2012.

Conclui-se, assim, que o agravamento do défice público em 2012 foi motivado pelo efeito conjugado da diminuição das receitas de impostos e donativos e pelo aumento das despesas correntes e de investimento.

O *stock* da dívida interna bruta em 2012 apresentou uma variação positiva de 3,57 por cento, em consequência do aumento das necessidades de financiamento do governo.

Quadro 5 - Stock da dívida interna bruta

(em milhões de escudos)

Divida pública interna	2011	2012	Var.(%/pp)
Sector bancário	17.276	17.821	3,16%
Sector não bancário	16.082	17.133	6,54%
Divida pública interna total	44.746	46.343	3,57%

PIB - Estimado com base nas novas contas nacionais do INE, tendo em conta as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993

Fonte: Banco de Cabo Verde

O financiamento interno do Estado foi assegurado pelos bancos em 38,5 por cento e pelo sector não bancário em 37 por cento. A participação do sector bancário e a concentração face ao sector não bancário no financiamento interno demonstram uma grande necessidade de conferir especial atenção ao mercado de capitais, visando o seu dinamismo e alargamento.

O enquadramento macroeconómico interno e externo desfavorável e as incertezas sobre a retoma económica representam riscos potenciais para a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Quadro 6 - Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário
(em milhões de escudos)

	BALANÇO AGREGADO				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				Var. % (2012/2011)
	Dez-10	Dez-11	Dez-12	Var. % (2012/2011)	Dez-10	Dez-11	Dez-12	Var. % (2012/2011)	
Caixa e Disponibilidades	17.054,31	19.520,74	12.023,06	-38,41					
Aplicações em instituições crédito	9.247,06	8.415,11	31.628,73	275,86					
Crédito sem Imparidade	79.747,95	85.719,42	83.234,78	-2,90					
Títulos	24.463,05	27.028,43	28.170,24	4,22					
Crédito com Imparidade	7.327,74	11.439,43	13.519,92	18,19					
Imparidade Acumulada	-5.412,83	-6.580,84	-7.128,26	8,32					
Derivados	0,00	5,24	0,00	-100,00					
Propriedades de investimentos	20,66	10,95	10,09	-7,88					
Activos não correntes detidos para venda	-4,03	9,73	113,20	1.062,78					
Activos por impostos correntes e diferidos	732,04	1.010,87	942,57	-6,76					
Imobilizações não financ. (líq.amort.)	4.334,24	5.053,44	5.816,76	15,10					
Outros activos	2.770,11	2.766,75	3.261,13	17,87					
TOTAL DO ACTIVO	140.280,29	154.399,29	171.592,23	11,14					
Recursos de Bancos Centrais	0,00	6,94	8.321,92	119.778,46					
Recursos de Instituições de crédito	5.627,19	10.208,76	8.409,84	-17,62					
Depósitos	109.929,68	112.846,71	122.383,68	8,45					
Obrigações subordinadas	2.017,37	2.017,66	2.127,21	5,43					
Derivados	0,00	0,22	0,00	-100,00					
Pass. não c/c DPV e oper. descontinuadas	0,00	0,00	0,00						
Provisões diversas	5.582,45	5.824,23	5.789,79	-0,59					
Passivos por impostos correntes e diferidos	256,67	195,37	116,34	-40,45					
Outros passivos	5.830,94	11.451,98	11.248,38	-1,78					
Capital e reservas	11.841,01	13.150,01	15.093,48	14,78					
Resultados transitados	-1.897,97	-2.044,28	-2.413,76	18,07					
Resultado do exercício	1.092,93	741,70	515,34	-30,52					
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	140.280,29	154.399,29	171.592,23	11,14					
Fonte: Banco de Cabo Verde									
Juros e proveitos equiparados	8.627,09	9.327,42	9.696,22	4,0					
Juros e custos equiparados	3.180,50	3.658,64	4.298,17	17,5					
MARGEM FINANCEIRA	5.446,60	5.668,77	5.398,05	-4,8					
Rendimentos de instrumentos de capital	258,53	213,43	204,21	-4,3					
Comissões Líquidas	692,30	775,30	863,65	11,4					
Resultados de act. e passivos ao IV através de resultados	-3,66	-11,45	-10,74	-6,2					
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0,01	25,39	-0,25	-101,0					
Resultados de reavaliação cambial	310,30	270,63	341,96	26,4					
Resultados de alienação de outros activos	0,64	0,00	0,00						
Outros resultados de exploração	448,68	462,54	349,51	-24,4					
MARGEM COMPLEMENTAR	1.706,82	1.735,84	1.748,33	0,7					
PRODUTO BANCÁRIO	7.153,42	7.404,61	7.146,38	-3,5					
Custo com pessoal	2.325,79	2.523,12	2.741,98	8,7					
Gastos Gerais Administrativos	1.894,87	1.986,81	2.142,16	7,8					
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2.932,75	2.894,69	2.262,25	-21,8					
Amortização do exercício	520,52	526,25	585,47	11,3					
Provisões líquidas de reposições e anulações	414,85	13,71	32,33	135,7					
Imparidade outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	676,76	1.318,69	885,22	-32,9					
Imparidade de outros act. líq. revers./recuperações	22,17	16,52	18,72	13,3					
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.298,46	1.019,52	740,50	-27,4					
Impostos correntes	86,05	118,33	77,07	-34,9					
Impostos diferidos	119,47	159,48	148,09	-7,1					
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	1.092,93	741,70	515,34	-30,5					

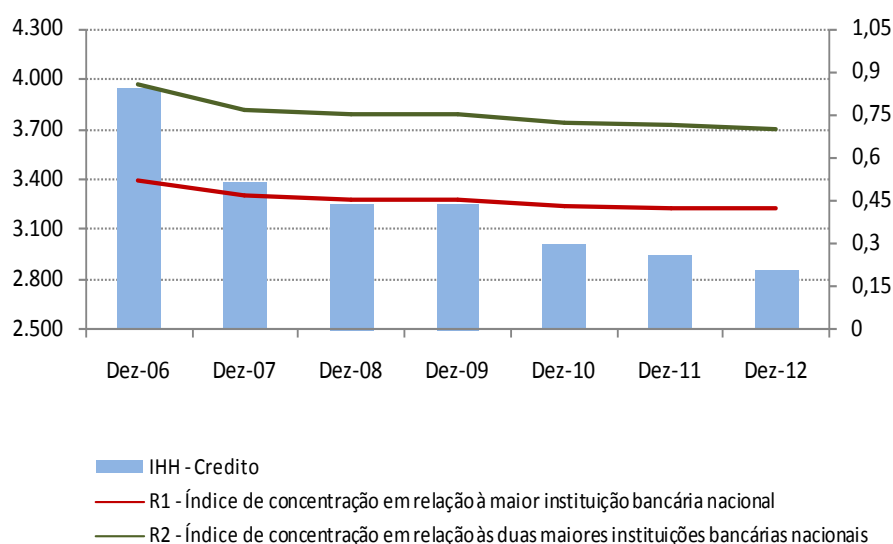
2. Sector Bancário

2.1 - Competitividade

Em linha com a tendência dos anos anteriores, o sector bancário cabo-verdiano continuou em 2012 a registar melhorias na concorrência entre os bancos no mercado de crédito.

Não obstante a elevada concentração da indústria bancária em Cabo Verde, medida pelo Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)¹, a concentração alcançou, em Dezembro de 2012, os 2.855 pontos, um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores, o que sugere maior competitividade/concorrência entre as instituições de crédito.

Gráfico 1 - Índice de HH



Fonte: Banco de Cabo Verde

2.2 - Actividade e rentabilidade

- Apesar do ambiente de fraco dinamismo económico que caracterizou o ano de 2012, a actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou um crescimento contínuo, tendo o saldo agregado ascendido a 171.592 milhões de escudos, o que representou uma taxa de crescimento de 11,14 por cento (mais 1,7 pontos percentuais do que em 2011).
- Esta evolução é explicada essencialmente pelo crescimento das aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro, com registos de aumentos em 23.213 milhões de escudos (276 por cento), dos quais 17.000 milhões aplicados no Banco de Cabo Verde.

¹ O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

- As aplicações em activos mais líquidos e de risco reduzido, em detrimento de activos de maior risco (crédito), conduziram à redução da rentabilidade das instituições de crédito em 2,9 por cento, contrariando a evolução dos últimos anos.
- Assim, a estrutura das aplicações no Activo Líquido apresenta alterações significativas, com o crédito a representar 56 por cento, as aplicações em instituições de crédito 18,76 por cento e os títulos 16 por cento.
- Os recursos de clientes, sob forma de depósitos, mantiveram-se como a principal fonte de financiamento dos bancos, representando 71 por cento dos recursos totais. No final de 2012 ascenderam a 122.384 milhões de escudos, dos quais 55,3 por cento representavam depósitos a prazo. Registaram, face a 2011, um crescimento na ordem de 8,45 por cento, com realce para a evolução positiva dos depósitos a prazo (12 por cento). Os depósitos do sector público administrativo cresceram 38,4 por cento e os de emigrantes 8,6 por cento.
- A evolução positiva registada na actividade bancária não foi, porém, acompanhada por um crescimento favorável da rentabilidade e da solvabilidade dos bancos, que acusou níveis de desaceleração face ao período homólogo. A deterioração da margem financeira, em mais de 270.723 milhões de escudos, esteve na base do comportamento menos favorável dos resultados.
- A evolução desfavorável da margem financeira explica-se:
 - por um lado, pela gestão criteriosa da intermediação financeira, exercida num ambiente de desaceleração da actividade económica nacional, com enorme exigência de selectividade na concessão de crédito e maior reserva nas aplicações de maior risco;
 - e, por outro, pela queda da taxa média dos activos em 33 pontos base, com especial realce para a carteira de Títulos, que fez diminuir a taxa média de 5,77 por cento para 5,33 por cento (-44 pontos base), e incremento na taxa média dos passivos financeiros em 32 pontos base, fixando-se em 3,39 por cento (realça-se o aumento de 29 pontos base na taxa média dos depósitos, que se fixou em 3,33 por cento).
- O rácio crédito-depósitos evidenciou nítidas melhorias, contrariando a tendência que tinha sido observada nos anos anteriores. No exercício findo, o rácio acusou 68 por cento, correspondente a uma variação negativa de 8 pontos percentuais em relação ao ano de 2011.
- O Produto Bancário caiu 3,5 por cento e os resultados líquidos do exercício somaram 515.344 milhões de escudos em 2012, que comparam com os 741.699 milhões de escudos observados no período homólogo de 2011. Esta queda de 226.356 (-30,5 por cento) nos lucros deveu-se fundamentalmente à degradação da margem financeira (-4,78 por cento).
- O montante da imparidade (líquido de recuperações) atingiu, em 2012, 885.221 milhões de escudos, evidenciando uma diminuição, em base comparável, de 433.468 milhões de escudos face ao período homólogo de 2011.
- Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário acusaram em 2012 valores relativamente inferiores aos registados em 2011, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros disponibilizados pelos accionistas, depositantes e outros credores do sistema. Neste contexto, a rentabilidade do Activo (ROA – *Return on Assets*) fixou-se em 0,3 por cento (face a 0,5 por cento no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – *Return on Equity*) registou o valor de 3,9 por cento (face a 6,3 por cento no período homólogo).

- Com o aumento dos custos de funcionamento, o rácio “*cost to income*”, que mede a eficiência bancária, situou-se em 2012 em 76,5 por cento, registando uma apreciável deterioração de 8,5 pontos percentuais face a idêntico período do ano anterior.

O ambiente económico desfavorável em 2012 condicionou negativamente a actividade bancária, reduzindo os resultados e a rentabilidade das instituições. Todavia, registou-se um crescimento dos activos e dos depósitos, bem como melhorias significativas nas condições de financiamento e de liquidez.

Quadro 7 - Taxa da margem financeira

(em milhões de escudos)

RUBRICAS	Dez-11			Dez-12			Variação Juros	Efeitos	
	Saldo	Juros	Taxa %	Saldo	Juros	Taxa %		Taxa	Volum
ACTIVOS REMUNERADOS									
1. Disponibilidades	14.759,5	4,4	0,03	12.066,1	13,2	0,1	8,8	11,7	-2,9
Disponibilidades em bancos centrais	13.145,1	0,0	0,00	9.720,5	9,7	0,1	9,7	13,1	-3,4
Disponibilidades em outras IC	1.614,2	4,4	0,28	2.345,4	3,5	0,1	-0,9	-2,0	1,1
Outras disponibilidades	0,2	0,0	0,00	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Aplicações em Instit. de Crédito	8.822,6	136,8	1,55	20.010,3	382,6	1,9	245,8	31,9	213,9
Aplicações em IC no país	5.315,9	122,1	2,30	11.209,6	208,8	1,9	86,8	-23,0	109,8
Aplicações em IC no estrangeiro	3.506,7	14,7	0,42	8.800,7	173,8	2,0	159,0	54,5	104,5
3. Crédito Interno e ao Exterior	82.733,7	7.331,9	8,86	84.477,1	7.547,5	8,9	215,6	59,8	155,8
4. Títulos de Negociação e Investimento	25.745,7	1.484,9	5,77	27.599,3	1.470,6	5,3	-14,3	-113,1	98,8
Comissões recebidas		369,3		0,0	282,3		-87,0	0,0	0,0
SOMA 1	132.061,5	9.327,4	7,06	144.152,8	9.696,2	6,7	368,8	-9,7	465,5
PASSIVOS REMUNERADOS				0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
1. Recursos de Instit. de Crédito	7.918,0	270,1	3,41	9.309,3	372,7	4,0	102,6	46,9	55,7
Recursos de IC no País	2.179,2	124,0	5,69	1.721,3	64,9	3,8	-59,1	-41,9	-17,3
Recursos de IC no estrangeiro	5.739,3	146,1	2,54	7.588,5	287,4	3,8	141,3	71,3	70,0
2. Depósitos	111.388,2	3.385,5	3,04	117.615,2	3.920,8	3,3	535,3	327,7	207,6
Comissões pagas	0,0	3,0		0,0	4,6		1,6	0,0	0,0
SOMA 2	119.306,2	3.658,6	3,07	126.924,5	4.298,2	3,4	639,5	374,7	263,3
TAXA DA MARGEM FINANCEIRA	12.755,3	5.668,8	4,00	17.228,3	5.398,1	3,3	-270,7	-384,4	202,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3 - Riscos da actividade bancária

2.3.1 - Adequação de Fundos Próprios

No final de Dezembro de 2012, os Fundos Próprios dos bancos situaram-se em 11.265 milhões de escudos, tendo registado uma sensível queda, na ordem de 1.660 milhões de escudos, relativamente a 2011. Consequentemente, o rácio de solvabilidade fixou-se em 12,13 por cento e o rácio TIER I/activo ponderado em 11,79 por cento.

A redução apreciável dos Fundos Próprios, na ordem de 1,86 pontos percentuais, foi acompanhada de um aumento, embora ligeiro, dos activos de risco em 0,76 pontos percentuais, resultando na deterioração do rácio de solvabilidade.

Para a evolução desfavorável dos Fundos Próprios e a queda do rácio de solvabilidade foi determinante o reforço substancial das provisões, face à degradação contínua da qualidade da carteira de crédito.

Quadro 8 - Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

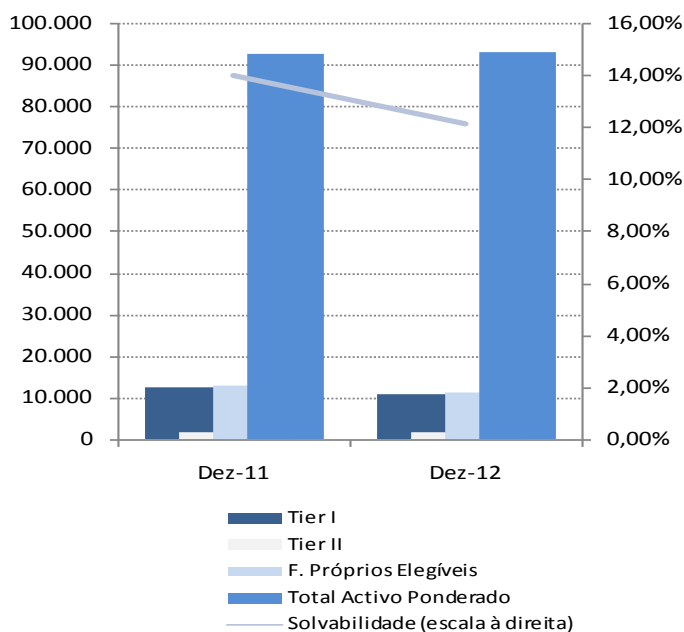
(em milhões de escudos)

Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade	Dez-11	Dez-12	Var. (%) / (pp)	Peso (%)
Tier I	12.366	10.953	-11,43	95,68
Tier II	1.474	1.549	5,12	11,40
F. Próprios Elegíveis	12.925	11.265	-12,84	-
Total Activo Ponderado	92.424	92.887	0,50	-
Solvabilidade	13,98%	12,13%	-1,86	-
Tier I/A. Ponderado	13,38%	11,79%	-1,59	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

A redução do rácio de solvabilidade foi transversal à maior parte das instituições financeiras. O seu nível fixou-se num valor muito próximo do mínimo regulamentar dos 10 por cento.

Gráfico 2 - Evolução do TIER I, TIER II e FP



Fonte: Banco de Cabo Verde

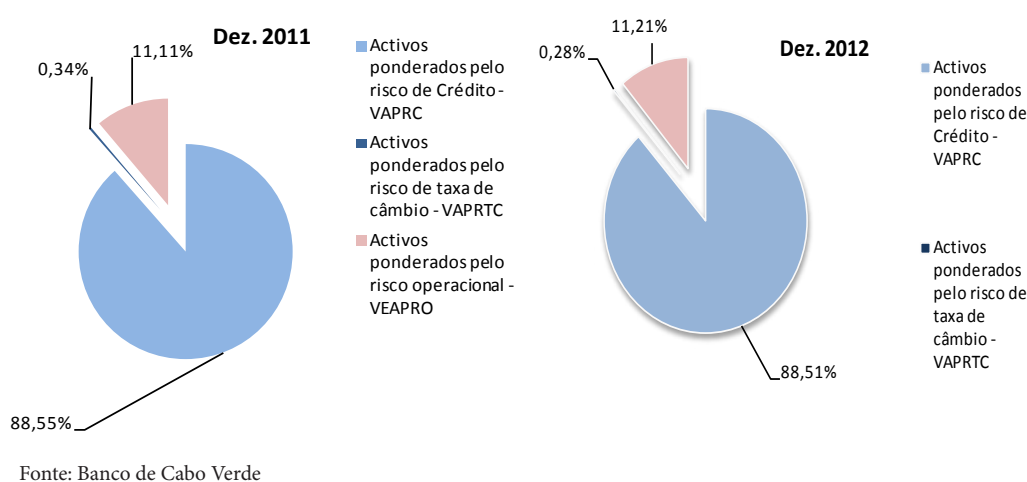
O risco de crédito constitui o risco principal do sistema, respondendo por quase 90 por cento de todos os riscos e aumentando o seu peso face a 2011.

Quadro 9 - Activos ponderados pelo risco
(em milhões de escudos)

Activos Ponderados pelo Risco	Dez-11		Dez-12	
	Valor	Em % dos ApR	Valor	Em % dos ApR
Activos ponderados pelo risco de Crédito - VAPRC	81.840	88,55	82.423	88,51
Activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio - VAPRTC	313	0,34	261	0,28
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	10.270	11,11	10.444	11,21
Total do Activo Ponderado pelos riscos (ApR)	92.424	-	93.128	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico 3 - Variação dos activos ponderados pelo Risco



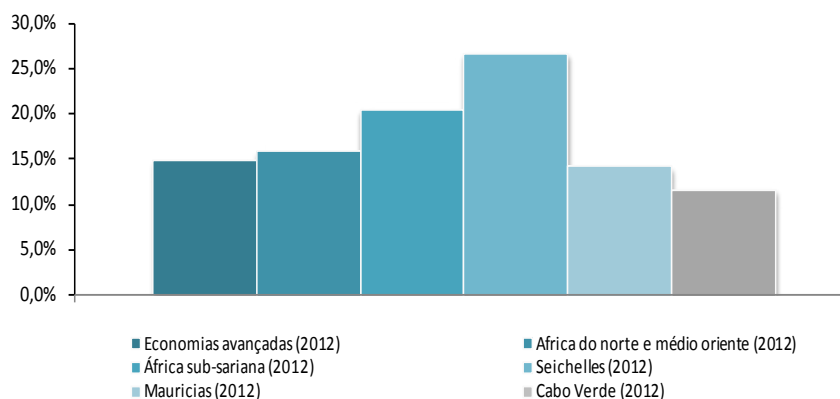
Em 2012, os activos ponderados pelo risco² registaram um ligeiro incremento de 0,76 por cento, dada a política de contenção de crédito, enquanto o crescimento dos activos totais situou-se em 11,11 por cento, evolução explicada essencialmente pelo crescimento das aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro³.

Como medida prudencial de consolidação da base de capital das instituições bancárias, face à deterioração crescente da sua carteira de activos, sobretudo da carteira de crédito, o Banco de Cabo Verde recomendou a retenção total de dividendos em 2012.

² Os activos ponderados pelo risco de crédito representavam 88,42% dos activos ponderados pelo risco, em 2012.

³ Dada a situação económica desfavorável, as instituições procederam à alocação dos seus activos em aplicações consideradas de menor risco.

Gráfico 4 - Solvabilidade - comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

2.3.2 - Risco de Crédito

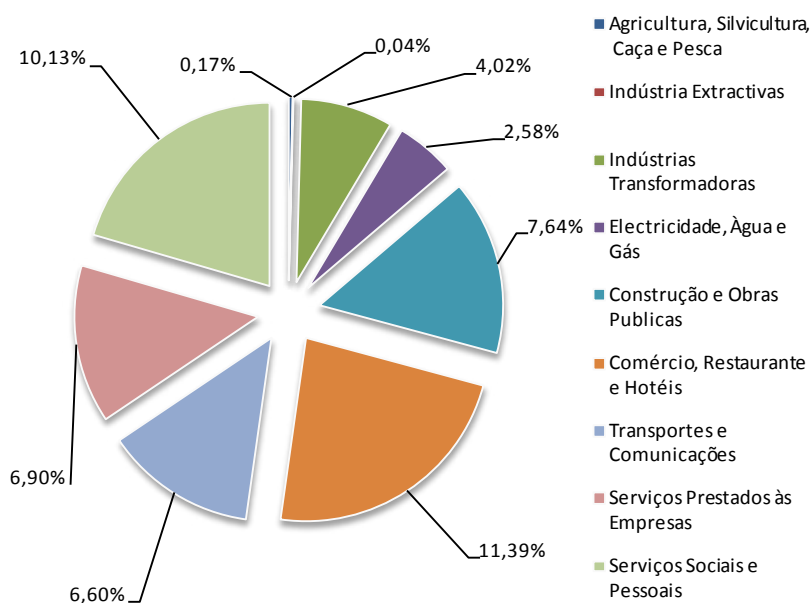
2.3.2.1 - Repartição do crédito

O total do crédito concedido às Empresas não Financeiras e Particulares reduziu-se 0,4 por cento em 2012, face a 2011.

O crédito à economia, no segmento Empresas não Financeiras, registou, todavia, um ligeiro crescimento, na ordem de 2 por cento, enquanto no segmento Particulares verificou-se uma redução em 2,7 por cento.

No crédito a Empresas não Financeiras, verificou-se a predominância dos sectores da “Construção e obras públicas”, “Comércio, restaurantes e hotéis” e “Serviços sociais e pessoais e apoio aos negócios”, que, juntos, representaram 36,7 por cento de todo o crédito a Empresas não Financeiras.

Gráfico 5 - Crédito a Empresas não Financeiras



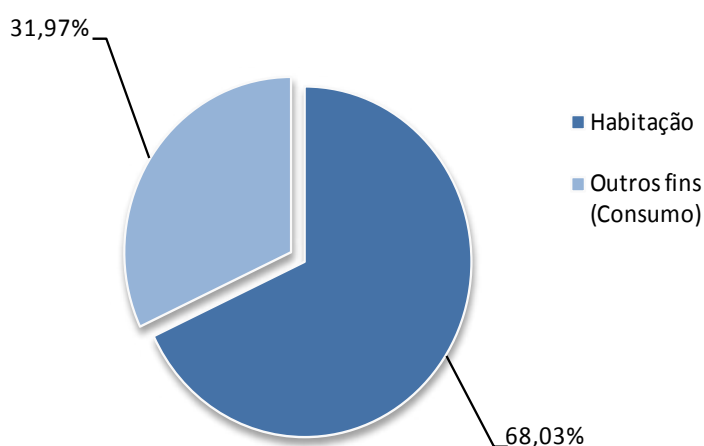
Fonte: Banco de Cabo Verde

Face a 2011, não se registaram em 2012 alterações significativas na repartição do crédito a empresas não financeiras, por sector de actividade. O sector da “Construção e Obras Públicas” evidenciou um ritmo de crescimento muito ligeiro, na ordem de 0,7 por cento, em sintonia com a desaceleração da actividade económica. Nos sectores do “Comércio, restaurantes e hotéis”, “Transporte e Comunicações” e “Serviços prestados às empresas”, pelo contrário, registaram-se taxas de crescimento positivas, na ordem de 3,3 por cento, 3,3 por cento e 13,3 por cento, respectivamente.

No segmento Particulares, destaca-se o crédito à habitação, que constitui 34,38 por cento do crédito total à economia e a maior parcela do crédito a particulares (68 por cento do total do crédito a particulares).

A componente “Outras finalidades”, ainda no segmento “Crédito a particulares”, refere-se ao consumo de bens duradouros, o qual registou uma redução na ordem de 14,4 por cento, comportamento idêntico ao verificado no ano anterior e em linha com a evolução negativa do consumo privado em 2012.

Gráfico 6 - Crédito a Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3.2.2 - Nível de incumprimento

A situação de abrandamento da actividade económica cabo-verdiana traduziu-se numa deterioração da situação financeira de empresas e particulares, que se reflectiu na materialização do risco de crédito. A par do abrandamento do ritmo de crescimento da actividade bancária, medido pela redução do crédito à economia, registou-se uma evolução desfavorável da qualidade da carteira de crédito. O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira (Circular nº 150 de 28/12/2009), situou-se em 9,3 por cento, face aos 7,2 por cento em 2011, registando deste modo um agravamento na ordem de 2,16 pontos percentuais.

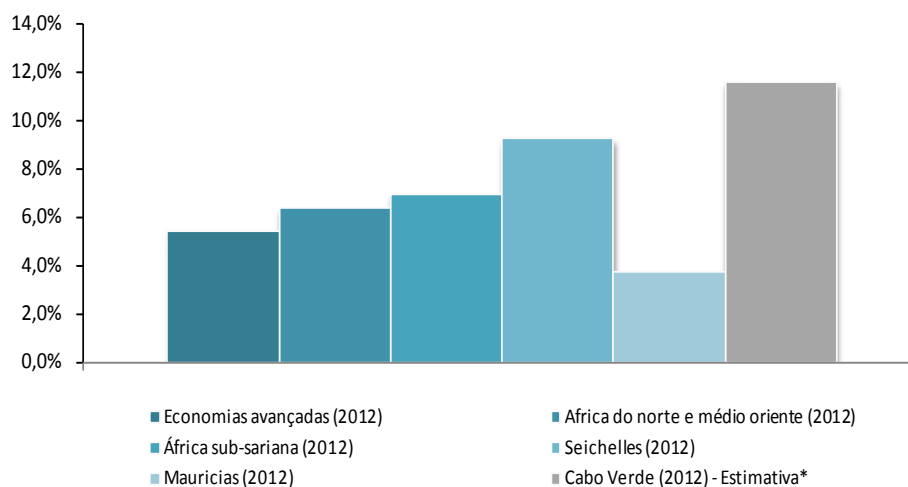
Quadro 10 - Qualidade da carteira de crédito

Credito Vencido - Critério	Dez-11	Dez-12	Var. (%)/(pp)
IAS/IFRS	11,77%	13,97%	2,20
Circular N° 150	7,17%	9,33%	2,16

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito vencido, apurado de acordo com a Circular nº 150, situou-se a um nível inferior ao que seria caso fosse estimado segundo o conceito de Non Performing Loan (NPL), constante do manual de compilações dos indicadores de robustez financeira (FSI) do FMI. Contudo, se calculado pelo critério dos IAS/IFRS, o nível de crédito vencido situar-se-ia num nível superior ao do NPL. Assim sendo, o rácio do crédito vencido do sistema bancário deverá situar-se entre 9,3 por cento e 14 por cento.

O Banco de Cabo Verde adoptou em finais de 2012 um novo indicador de qualidade da carteira de crédito – rácio de crédito em risco⁴ – que tem a vantagem de estar próximo do conceito de NPL, do FMI, e, assim, em linha com os indicadores de qualidade de crédito mais utilizados internacionalmente⁵. Todavia, as comparações internacionais deverão ser efectuadas com cautela, dada a disparidade de definições de NPL existentes nos diversos países.

Gráfico 7 – Non performing loans (NPL) - comparação internacional

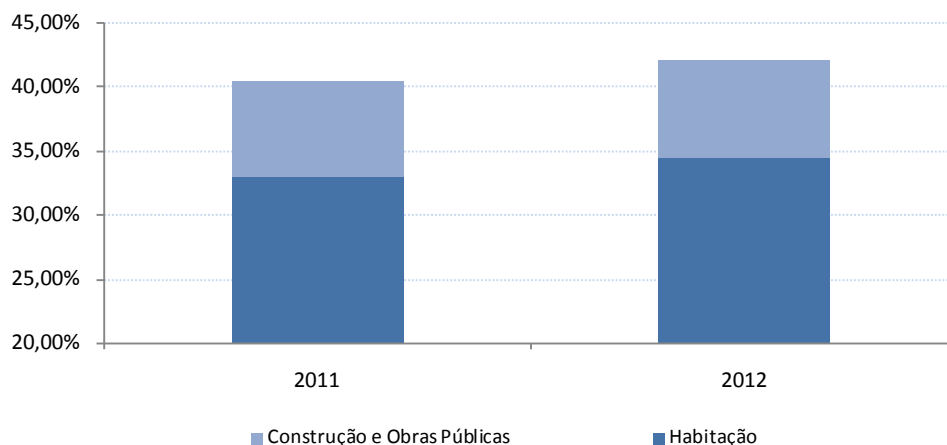
Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

Estruturalmente, constitui uma característica peculiar da carteira de crédito das instituições bancárias, em Cabo Verde, a elevada concentração dos empréstimos nos sectores da construção e habitação e empréstimos em montantes elevados a empresas ligadas à actividade imobiliária.

⁴ Ver Caixa 2.1.

⁵ Até o fecho deste relatório não estavam ainda disponíveis os rácios de crédito vencido apurados segundo o novo conceito de crédito em risco.

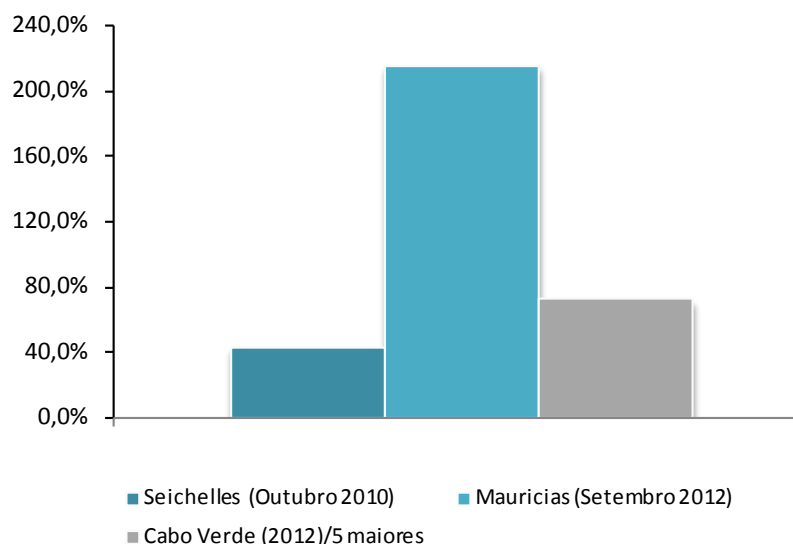
Gráfico 8 – Exposição da banca ao sector da construção



Fonte: Banco de Cabo Verde

A exposição do sector bancário face às sociedades não financeiras ligadas ao negócio imobiliário continua a manifestar-se em montantes elevados, que ultrapassam o nível de 10 por cento dos Fundos Próprios – patamar considerado de grande risco –, face a um número limitado de contrapartes. Constatou-se que a exposição face aos 5 maiores devedores era, em Dezembro de 2012, superior a 120 por cento dos Fundos Próprios. Adicionalmente, observou-se um elevado grau de exposição da banca perante vários devedores simultaneamente, na maioria das vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema.

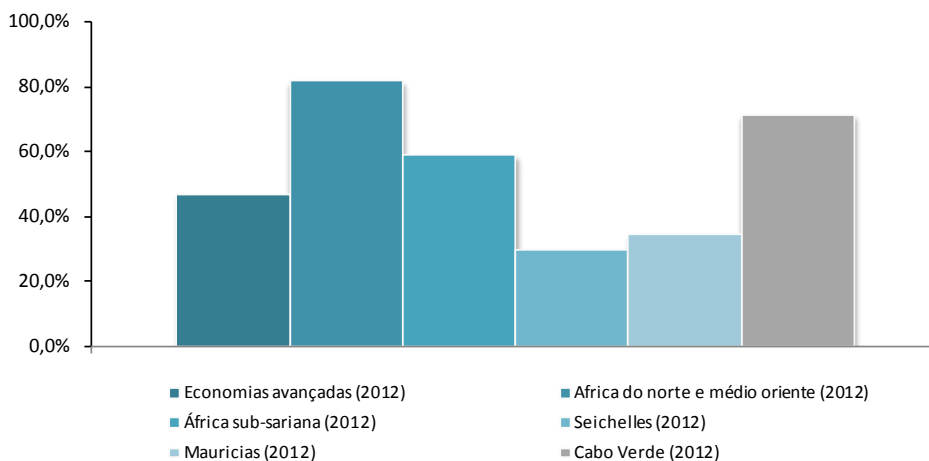
Gráfico 9 - Grandes exposições / Fundos Próprios – comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

Em virtude da perda considerável da qualidade da carteira de crédito e o cenário macro-económico nacional e internacional menos favorável, o Banco de Cabo Verde exigiu às instituições bancárias o reforço de provisões. O rácio de cobertura do crédito vencido pelas provisões (IAS/IFRS ajustado pelas normas prudenciais) elevou-se assim para 71,2 por cento, que compara com o nível de 57,0 por cento de 2011, registando-se deste modo uma apreciável melhoria.

Gráfico 10 - Provisões / NPL – comparação internacional



Fonte: FSI Website e Banco de Cabo Verde

Não obstante o reforço das provisões, o risco de concentração representa um risco maior, susceptível de comprometer seriamente a estabilidade e a solvabilidade das instituições, perante as perspectivas económicas desfavoráveis.

Caixa 2.1 - O novo rácio de crédito em risco

Com a entrada em vigor no dia 26 de Novembro de 2012 da Instrução Técnica do Crédito em Risco, Anexa à Circular Série “A”, nº 166, de 2 de Novembro de 2012, o Banco de Cabo Verde alargou o conjunto de indicadores de qualidade de crédito que as instituições devem reportar, sempre que divulguem informação quantitativa sobre a matéria. Esta alteração vem na sequência da necessidade identificada pela entidade de supervisão de institucionalizar uma medida mais abrangente do risco de crédito que reflecta, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com crédito com incumprimento no momento actual ou com créditos reestruturados após incumprimento continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito no futuro. Por outro lado, atendendo às recomendações do FMI, a adopção do novo indicador tem a vantagem de estar próximo dos indicadores de qualidade de crédito mais utilizados internacionalmente.

O rácio de crédito com incumprimento e o rácio de crédito em risco estão definidos em (1) e (2).

$$\text{Rácio de crédito com incumprimento} = \frac{\text{Crédito com incumprimento}}{\text{Crédito total}} \quad (1)$$

$$\text{Rácio de crédito em risco} = \frac{\text{Crédito em risco}}{\text{Crédito total}} \quad (2)$$

Com esta alteração, as instituições de crédito passarão a ter de divulgar não apenas rácios de crédito com incumprimento no crédito total, como acontecia até aqui, mas também rácios de crédito em risco no crédito total.

O crédito com incumprimento inclui as prestações de crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito que, verificadas algumas condições de severidade do incumprimento já observado (dependente da percentagem já vencida de um crédito ou de um mesmo cliente), seja considerado de cobrança duvidosa.

Por sua vez, o crédito em risco corresponde ao conjunto dos seguintes elementos:

- a) Valor total em dívida do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos por um período igual ou superior a 90 dias. Os créditos em conta corrente não contratualizados deverão ser considerados como crédito em risco, decorridos 90 dias após a verificação dos descobertos;
- b) Valor total em dívida dos créditos reestruturados não abrangidos na alínea anterior, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos;
- c) Valor total do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor.

O conceito de crédito em risco incorpora a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito, pelo que é mais abrangente do que o rácio de crédito com incumprimento.

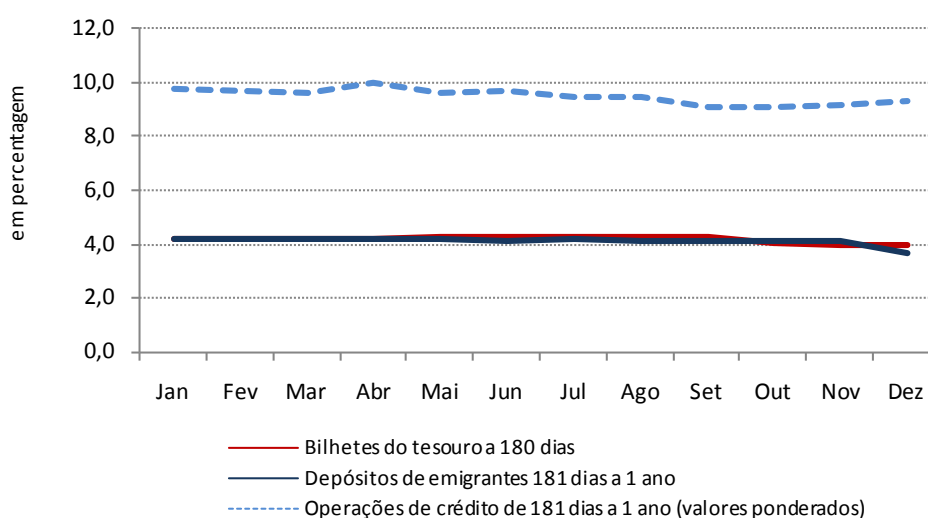
Os rácios de crédito em risco permitem a comparabilidade e aumentam a transparência da informação relativa à qualidade de crédito e seguem, metodologicamente, o conceito de “*non-performing loans*” que consta no manual de metodologia de compilação das estatísticas dos “*Financial Soundness Indicators*” do FMI. Todavia, as comparações internacionais deverão ser efectuadas com cautela, dada a disparidade de definições de *Non-Performing Loans* (NPL) existentes nos diversos países, tendo em conta as especificidades do contexto.

2.3.3 - Risco de mercado

2.3.3.1 - Risco de taxa de juro

As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se em 2012, tal como em 2011, relativamente estáveis. A volatilidade dos juros de operações activas e passivas, medida pelo desvio padrão, situou-se a um nível inferior a 2 por cento, em todos os prazos de maturidade. A taxa média de colocação, quer dos Títulos de Intervenção Monetária (TIM), quer dos Títulos de Regularização Monetária (TRM), fixou-se em 5,75 por cento, durante todo o ano. Nos títulos de dívida pública (BT's) verificou-se que as taxas de colocação, para todos os prazos, situaram-se entre 4,1 por cento e 4,3 por cento.

Gráfico 11 - Taxa de juro de curto e longo prazo



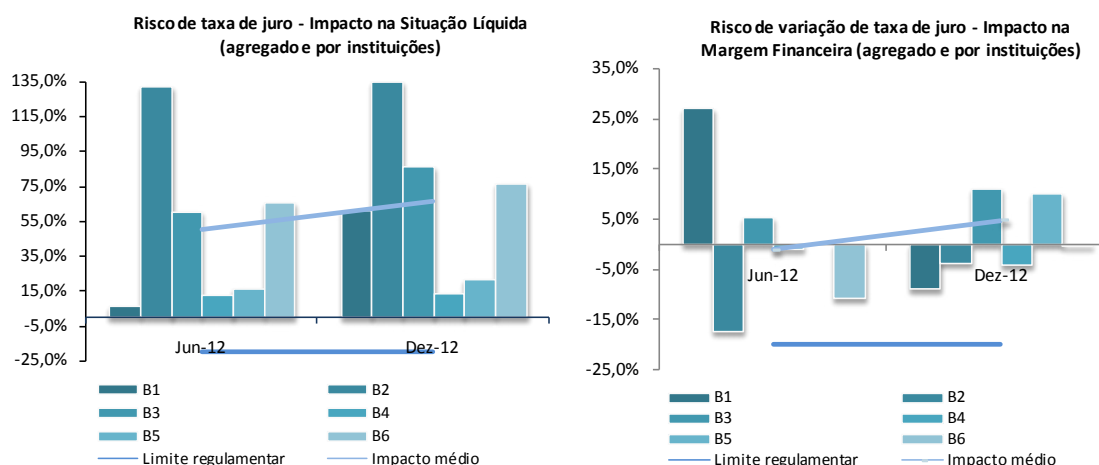
Fonte: Banco de Cabo Verde

A avaliação quantitativa da importância do risco de taxa de juro na carteira bancária assenta sobre os dados de um conjunto de 6 instituições bancárias nacionais, em Dezembro de 2012, recolhidos ao abrigo do Aviso nº 4/2011 e respectiva Instrução Técnica - Anexa à Circular "A" nº 164 de 16/12/2011.

Supondo uma subida das taxas de juro de 200 pontos base, os resultados apontam, em termos do impacto sobre os fundos próprios, um aumento, em média, na ordem de 63,4 por cento, e em termos do impacto sobre a margem de juros, um aumento médio de 4,67 por cento.

Os impactos sobre a situação líquida e a margem de juros variam consoante as instituições consideradas. A dispersão manifesta as diferenças na estrutura do balanço, mas também resulta de hipóteses utilizadas pelas instituições na afectação dos instrumentos nas bandas temporais, sobretudo no caso de maturidades não fixadas contratualmente (caso dos depósitos a prazo).

Gráfico 12 - Risco de taxa de juro



Fonte: Banco de Cabo Verde

Apesar da relativa dispersão entre as instituições consideradas, conclui-se que para o conjunto das instituições consideradas e para a sua quase generalidade, o impacto de uma subida das taxas de juro deverá ser positivo do ponto de vista do risco de taxa de juro, tanto ao nível da situação líquida como em termos da margem de juros. Mesmo para as instituições cujo impacto sobre a margem financeira se revelou negativo, o nível situou-se aquém dos 20%, limite considerado crítico. As instituições cabo-verdianas evidenciam estar bem posicionadas para enfrentar o risco de taxa de juro, ao nível considerado.

O impacto positivo sobre a margem de juro explica-se por um excesso tendencial das posições activas sobre as posições passivas, no horizonte de revisão de taxas de juro até um ano. Estes resultados deverão reflectir, em grande medida, o peso do crédito no total do activo bancário. Os resultados do teste deverão ser analisados com alguma cautela, uma vez que são sensíveis às especificidades de cada instituição e às hipóteses por elas consideradas.

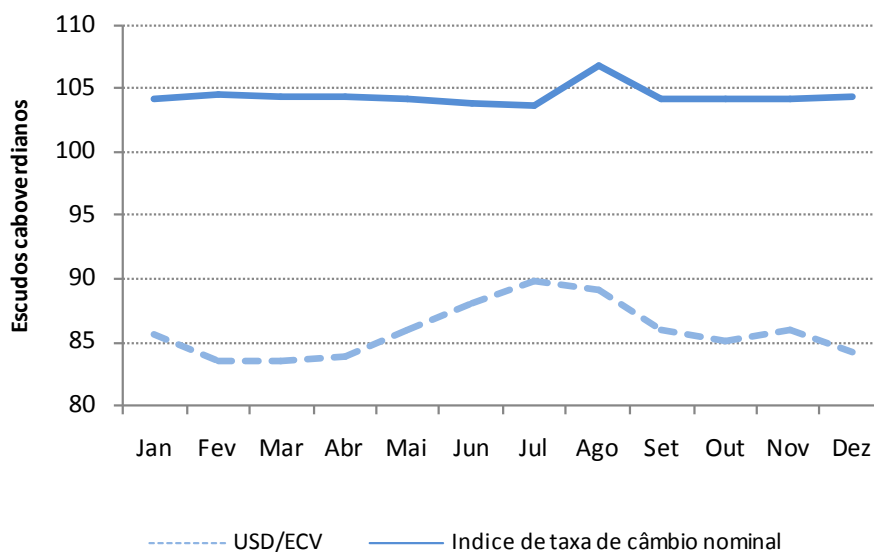
Dos resultados obtidos conclui-se, salvaguardando alguma prudência que se exige à análise dos mesmos, ser baixa a exposição global do sistema bancário nacional ao risco de taxa de juro na carteira bancária, em consequência, essencialmente, da reduzida exposição bruta.

2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio

A composição cambial dos bancos apresentava em Dezembro de 2012 um risco de exposição relativamente baixo. O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava um valor inferior a 1 por cento do total dos activos ponderados pelos riscos, nível de risco considerado baixo, exigindo, conseqüentemente, requisitos mínimos de Fundos Próprios.

O índice de taxa de câmbio nominal do escudo e as taxas de câmbio da moeda nacional face ao dólar dos Estados Unidos permaneceram relativamente estáveis durante todo o ano.

Gráfico 13 - Taxas de câmbio do escudo



Fonte: Banco de Cabo Verde

A composição cambial apresentava em Dezembro de 2012 um “gap” no valor de 5,4 milhões de escudos, o que representava 47,54 por cento dos Fundos Próprios dos bancos.

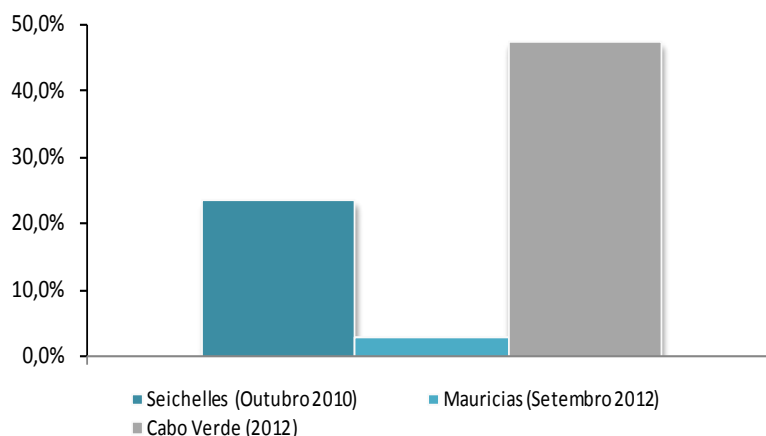
Quadro 11 - Exposição em moeda estrangeira e choque cambial
(em milhões de escudos)

Exposição em moeda estrangeira e choque cambial	Dez-11	Dez-12	Var. (%),(pp)
Disponibilidades	9.113	18.526	103%
Responsabilidades	14.575	23.881	64%
Posição líquida	-5.462	-5.355	-2%
Em % dos Fundos Próprios	42,26%	47,54%	5,28
Hipótese de desvalorização em 30% da moeda nacional	-1.639	-1.606	32
Impacto sobre os FP	12,68%	14,26%	1,58

Fonte: Banco de Cabo Verde

Não obstante a elevada exposição cambial face aos Fundos Próprios, o risco de perda, em caso de desvalorização cambial da moeda nacional em 30 por cento, é estimado em 1.606 milhões de escudos. Isto representa um impacto sobre os fundos próprios inferior a 20 por cento, pelo que o risco cambial se afigura baixo.

**Gráfico 14 - Exposição cambial líquida/Fundos Próprios
comparação internacional**



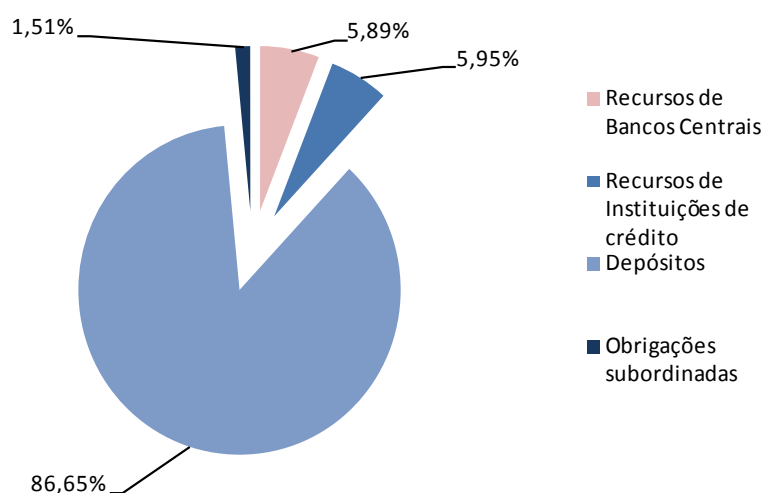
Fonte: FSI Website e BCV

2.3.4 - Risco de liquidez

2.3.4.1 - Condições de financiamento

Os depósitos de clientes constituem a principal e a mais estável fonte de financiamento dos bancos em Cabo Verde. O seu crescimento, em Dezembro 2012, foi na ordem de 8,5 por cento, que compara com 2,7 por cento registado no ano anterior. A evolução observada contribuiu para consolidar a base de financiamento da banca junto dos seus clientes, com destaque para os particulares, o que é, aliás, uma característica importante na estrutura de financiamento dos bancos em Cabo Verde.

Gráfico 15 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os recursos de instituições de crédito e de bancos centrais perfazem juntos quase 12 por cento do total de recursos para financiamento das operações, apesar da redução dos primeiros em quase 18 por cento,

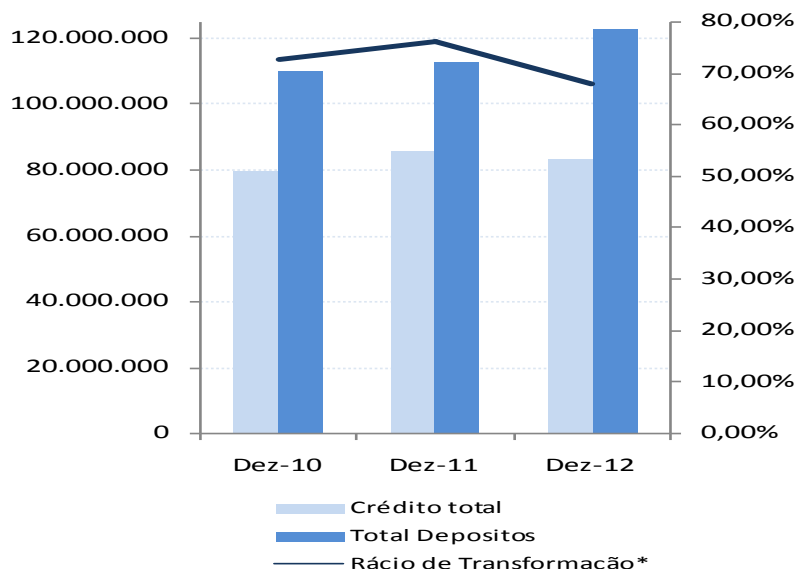
face a 2011. O incremento extraordinário verificado na evolução dos recursos de bancos centrais ficou a dever-se a um importante depósito de um banco central estrangeiro junto de uma instituição de crédito nacional.

As variações dos “Recursos provenientes de outras instituições” e “Outros passivos”, bem como dos “Resultados transitados” e de “Capital”, constituíram, igualmente, importantes contributos para o aumento da capacidade de financiamento dos bancos em 2012.

2.3.4.2 - Indicadores de Liquidez

O aumento significativo dos depósitos, em 8,5 por cento, a par da redução do crédito a clientes, em 2,9 por cento, reflectiu-se na diminuição do rácio de transformação de depósitos em crédito. Com efeito, o índice inverteu a tendência de ascensão, caindo para o nível de 68 por cento, contra os 76 por cento de 2011. Esta evolução traduz uma melhoria do quadro global de financiamento e de liquidez do sistema.

Gráfico 16 - Crédito, Depósitos e Rácio de Transformação de depósitos em crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução dos indicadores de robustez financeira - rácio Activos Líquidos / Total do Activo bem como do rácio Activos Líquidos/Exigível de curto prazo, indicou, igualmente, melhoria significativa do nível de liquidez geral, face ao ano anterior.

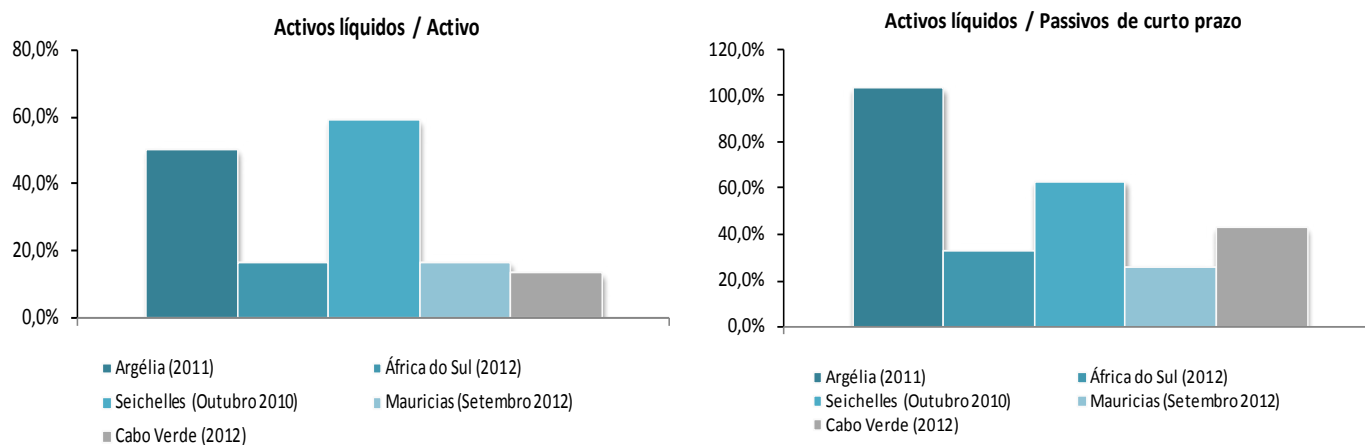
Quadro 12 - Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	Dez-11	Dez-12	Var. pp
Activo Liquido / Activo total	8,17%	13,20%	5,03
Activo Liquido / Passivo de curto prazo	28,20%	42,90%	14,7
Índice de transformação de depósitos em crédito	76,00%	68,00%	-8,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

O nível observado nos indicadores de liquidez revela-se, todavia, modesto, se comparado com os países com maiores índices de liquidez, onde chega a atingir 50% do total dos activos.

Gráfico 17 - Rácios de Liquidez – comparação internacional



Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução dos rácios traduziu a política de contenção do crédito e de reestruturação da composição de activos, de forma a privilegiar activos mais líquidos, disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas.

Uma característica positiva de reforço da posição de liquidez dos bancos em Cabo Verde é a qualidade da sua carteira de títulos, composta em quase 50 por cento por títulos de dívida pública, elegível para operações de financiamento junto do Banco Central.

2.3.4.3 - Mismatches por prazos e gaps de liquidez

A análise de liquidez, através dos indicadores tradicionais de liquidez, complementa-se com a análise de gaps de liquidez por prazos.

Quadro 13 - Mismatches por prazos e gaps de liquidez

(em milhões de escudos)

Mismatches por prazos e gaps de liquidez	À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
<i>Mismatches por prazos</i>	11.686	-6.522	-6.285	-3.835	-32.803
<i>Mismatches acumulados</i>	11.686	-2.500	-7.362	-5.314	-7.470
Activos líquidos	9.022	9.498	9.514	9.764	10.030
Passivos voláteis	782	1.322	2.882	3.726	5.029
Activos líquidos - passivos voláteis	8.240	8.176	6.632	6.038	5.002
<i>Gap de Liquidez (%)</i>	9%	9%	8%	7%	6%

Fonte: Banco de Cabo Verde

A análise de liquidez, em base agregada, evidencia uma situação de cobertura em todos os prazos de maturidade. Por instituições, verificou-se, todavia, uma grande disparidade, com algumas a revelar *gaps* muito acentuados em todos os prazos de maturidade e um elevado volume do *mismatch* acumulado. *Gaps* negativos resultam de um elevado volume de passivos voláteis, bastante superiores aos activos líquidos, e representam uma situação desfavorável de liquidez do sistema quanto à exposição ao risco de liquidez.

A análise de liquidez do sistema bancário permite reconhecer uma melhoria sensível da capacidade de financiamento e de liquidez, face a 2011. No entanto, considera-se ainda existir um risco potencialmente elevado para algumas instituições em particular.

2.3.5 - Risco operacional

O risco operacional, medido pelo peso dos activos ponderados pelo risco operacional nos activos totais de risco, apontou para uma sensível redução, na ordem de 0,10 pontos percentuais.

Quadro 14 - Risco operacional em função do risco total

Risco Operacional em função do risco total	Dez-11	Dez-12	Varição (pp)
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	11,11%	11,21%	0,10

Fonte: Banco de Cabo Verde

O indicador de risco operacional indicia que com o aumento do volume de negócios aumenta o risco ligado aos factores humanos, tecnológicos e outros. No entanto, as limitações nos dados ao nível dos mecanismos e processos de controlo interno implementados tornam a análise muito restritiva.

No âmbito da migração para a supervisão baseada em riscos, preconiza-se a criação de mecanismos que permitam uma avaliação exaustiva dos controlos de risco implementados nas instituições, o que se traduzirá numa avaliação mais profunda e exaustiva do risco operacional.

Caixa 2.2 – O Sistema de Avaliação de Riscos e Controlos (SAR)

A supervisão baseada em riscos constitui o novo paradigma da supervisão. Trata-se de uma abordagem, em linha com o novo acordo de capital de Basileia (Basileia III). O foco de análise do supervisor está orientado para a natureza e magnitude dos riscos e para a qualidade dos sistemas de controlo associados, com vista a impor a exigência de fundos próprios adequados ao perfil de risco assumido por cada instituição. Assim, a acção preventiva ganha relevo como o principal critério orientador do exercício de supervisão, em detrimento da actuação “tradicional”, mais reactiva e baseada na observância dos regulamentos. Assim sendo, o Banco de Cabo Verde pretende ajustar as suas práticas de supervisão às novas exigências que impõe à supervisão baseada em riscos. Neste sentido, pretende-se estabelecer um sistema para melhor avaliação do perfil de risco de cada instituição, através da análise separada dos riscos e dos processos de gestão e de controlo associados, procurando garantir a correcta identificação dos riscos e assegurar a observância de sistemas adequados para os controlar. Com a implementação do mencionado sistema, o Banco de Cabo Verde pretende, em termos gerais, atingir os seguintes objectivos:

1. Institucionalizar um importante instrumento de apoio ao supervisor, que: i) estabelece critérios e procedimentos, objectivos e sistematizados, de avaliação da magnitude dos riscos subjacentes à actividade desenvolvida por cada instituição e grupo financeiro; ii) define a qualidade e solidez dos dispositivos de controlo interno das instituições e iii) adequa as posições de solvabilidade e de liquidez e os respectivos processos de gestão;
2. Promover uma maior transparência e consistência dos resultados obtidos no processo de avaliação, facilitando, nomeadamente, a identificação objectiva das instituições, ou das áreas dentro de uma mesma instituição que necessitem de um acompanhamento mais intensivo e acções de supervisão mais frequentes;
3. Permitir o alcance do conhecimento mais abrangente, preciso e em maior profundidade, de todas as dimensões do risco intrínseco das instituições e dos mecanismos de controlo estabelecidos para os mitigar;
4. Estabelecer práticas que facilitem a detecção atempada de problemas potenciais, o que permitirá a actuação preventiva da autoridade de supervisão, através da imposição de medidas prudenciais correctivas, da introdução dos necessários ajustamentos nos dispositivos do governo interno das instituições e/ou do aumento dos fundos próprios para níveis mais ajustados face aos riscos existentes;
5. Exercer uma supervisão adaptada às características individuais das instituições e focalizada nas áreas de negócio que apresentem maiores níveis de risco, permitindo, assim, por um lado, a poupança de “custos supérfluos” (nomeadamente, os custos decorrentes do acompanhamento de instituições com um perfil de risco moderado ou reduzido) e, por outro, assegurar um acompanhamento mais intensivo das instituições cujo perfil de risco requeira, de facto, que sejam supervisionadas em conformidade, visando a maior eficácia da actividade de supervisão;

Com o apoio técnico do Banco Central do Brasil, o BCV vem desenvolvendo o Sistema de Avaliação de Riscos e Controlos, denominado SAR. Trata-se de um instrumento que permitirá ao Banco de Cabo Verde:

1. ajustar as suas práticas às novas exigências que impõe a supervisão baseada em riscos;
2. aferir o melhor perfil de risco de cada instituição, através da análise separada dos riscos e dos processos de gestão e de controlo associados, procurando garantir a correcta identificação dos riscos;
3. assegurar que se estejam implementados sistemas adequados para controlar esses mesmos riscos;
4. ajudar a definir as prioridades de supervisão e a matriz de riscos do sistema financeiro.

2.4 - Resultados dos *stress tests*

Foram realizados *stress tests* com base nos dados de Dezembro de 2012⁶, relativos aos quatro maiores bancos do sistema (representativos de mais de 90 por cento do total do activo do sistema bancário nacional), para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital.

Quadro 15 - Resultados dos *stress tests*

(em milhões de escudos)

Cenário Base		Dez-12
Rácio de adequação de capital (%)		11,1
Capital regulatório antes do choque		9.009
Activos ponderados pelo risco antes do choque		81.032
Crédito total		90.013
Crédito vencido		13.104
Adequação de capital após choques	Nível	Var. p.p.
Risco de crédito		
Choques sectoriais		
Construção (NPL de 25%, Provisões de 70%)	7,7	-3,4
Habitação (NPL de 25%)	7,2	-3,9
Consumo (NPL de 25%)	8,5	-2,6
Turismo (NPL de 25%)	8,8	-2,3
Risco de concentração		
Falência do maior devedor	8,3	-2,8
Falência dos 2 maiores devedores	7,8	-3,3
Falência dos 3 maiores devedores	7,3	-3,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos choques confirmam a elevada vulnerabilidade dos bancos face à materialização dos riscos de crédito, associada a uma dupla concentração em relação aos sectores e aos devedores. Relativamente aos sectores, a concentração verifica-se na Construção, Habitação, Consumo e Turismo. Quanto aos devedores, as instituições expõem-se em montantes elevados, face aos principais. Bastaria a falência dos 2 maiores devedores, para que o rácio de solvabilidade dos bancos do sistema, na sua maioria, se fixasse em níveis inferiores ao regulamentar, requerendo necessariamente a sua imediata capitalização.

Os riscos de mercado considerados foram o de taxa de juro, sobre a carteira bancária e o de taxa de câmbio sobre a exposição cambial do balanço dos bancos.

⁶ Foram utilizados dados relativos ao crédito por sectores económicos, reportados de acordo com a classificação por actividades económicas, definida pelo Instituto Nacional de Estatística.

Considerando os activos e passivos sensíveis à taxa de juro, pelo prazo de 1 ano, as instituições mostraram-se particularmente resilientes a um hipotético aumento da taxa de juro, em 200 pontos base, para todos os prazos de maturidades. A materialização do risco resultaria, regra geral, num impacto positivo sobre a margem financeira, bem como sobre o património líquido.

Um choque cambial, considerando uma desvalorização da moeda nacional em 30 por cento, resultaria em perdas pouco significativas, dada a magnitude do *gap* entre passivos e activos em moeda estrangeira.

Em conclusão, os resultados dos *stress tests* de confirmam, a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito e a relativa baixa exposição dos balanços aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

Caixa 2.3 - O Z-Score e a estabilidade financeira nacional

Um dos indicadores de avaliação da saúde financeira das instituições bancárias é o conhecido *Z-Score*.

Este indicador é definido pela composição de rentabilidade e capitalização ponderada pelo risco. A variável *Z-Score* é definida por:

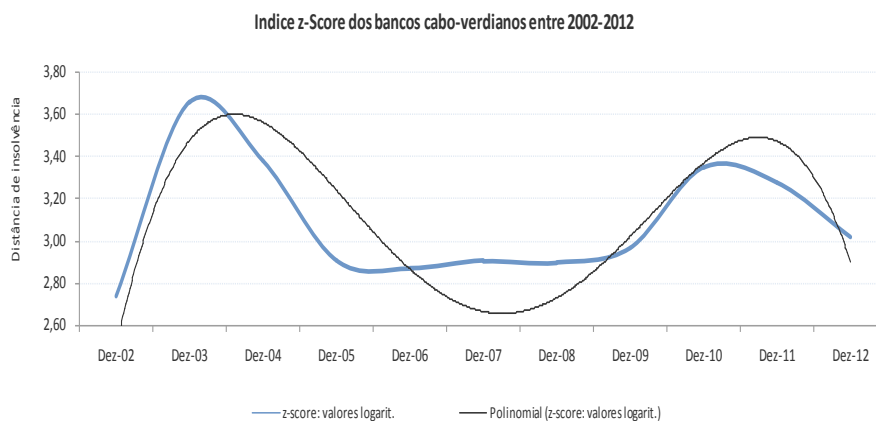
$$Z\text{-Score} = (\text{ROA} + K) / \text{DP}(\text{ROA}),$$

em que ROA representa o retorno do activo; K é a razão entre capital e activo; e DP(ROA) é o desvio padrão do retorno do activo nos últimos cinco anos.

O *Z-Score* é reconhecido como sendo um indicador apropriado para avaliar a solidez financeira do sector bancário no seu todo ou dos bancos de forma individual, sobretudo perante a ausência total de cotações bolsistas ou para a maioria dos activos. A sua análise deve ser sempre complementada por recurso a outros indicadores, tais como os índices de vulnerabilidade e os rácios micro e macro-prudenciais, ou ainda através de simulação de choques económicos ou financeiros sobre a actividade bancária, isto é, no quadro dos *stress tests*.

O *Z-Score* representa uma aproximação dum indicador da distância até à insolvência de uma instituição. Quanto maior o valor do *Z-Score*, menor o risco de falência de uma instituição e, portanto, maior a sua solidez e estabilidade.

Com base nos dados agregados do sector bancário, foram calculados os índices *Z-Score*, relativos ao período entre 2002 e 2012. Para efeitos de cálculo, foi considerado o valor do activo de um ano como a média aritmética dos valores do activo no início e no final do ano. Os valores encontrados para o *Z-Score* foram em seguida logaritizados, cuja representação gráfica é a seguinte:



O índice vem diminuindo continuamente desde 2010, o que indicia redução da estabilidade e solidez do sistema bancário desde então. Particularmente para o ano de 2012, a redução do índice face ao ano anterior permite concluir que o sistema bancário no seu todo experimentou uma deterioração da sua saúde financeira, ou seja, o sistema evidenciou uma menor capacidade de absorção de perdas face a choques severos ou de natureza sistémica.

A conjugação dos valores do índice para o ano de 2012, com os outros indicadores bancários de rentabilidade e risco, bem como com os resultados dos *stress tests*, permite confirmar que o sistema bancário vem experimentando uma deterioração da sua robustez financeira, expondo-se de forma significativa aos potenciais riscos de perdas na carteira de crédito, facto que pode constituir uma ameaça à estabilidade do sistema financeiro nacional.

3. Estratégias e medidas de estabilização financeira

A contínua desaceleração da actividade económica nacional e o enquadramento macroeconómico externo desfavorável explicam em parte a deterioração da rendibilidade e solvabilidade das instituições bancárias. Na sequência, e com vista à mitigação de riscos e reforço da estabilidade do sistema financeiro nacional, o Banco de Cabo Verde vem desenvolvendo e implementando, desde 2009, estratégias e mecanismos prudenciais preventivos e correctivos, introduzindo ajustamentos necessários nos dispositivos de gestão das instituições e requerendo o aumento dos fundos próprios e do nível de provisões para níveis mais ajustados aos riscos existentes.

A redefinição de estratégias e medidas do banco central emergem, por um lado, da avaliação da entidade de supervisão à estabilidade do sistema financeiro nacional e das recomendações emanadas das últimas avaliações da estabilidade do sistema financeiro nacional realizadas pelo FMI⁷. Por outro, a abordagem pro-activa do banco central insere-se no quadro do novo paradigma do exercício da actividade de supervisão – a supervisão baseada em riscos. Trata-se de uma abordagem, em linha com o novo acordo de capital de Basileia (Basileia III), cujo foco está orientado para a natureza e magnitude dos riscos e para a qualidade dos sistemas de controlo associados, com vista a impor a exigência de fundos próprios adequados ao perfil de risco assumido por cada instituição. Assim, a acção preventiva ganha relevo como o principal critério orientador do exercício de supervisão, em detrimento da actuação “tradicional”, mais reactiva e baseada no cumprimento dos regulamentos.

Concretamente, entre as principais estratégias definidas e iniciativas de ordem prudencial implementadas a partir de 2009, para o sector bancário, destacam-se:

- Desenvolvimento de novos instrumentos para quantificação e monitorização de riscos, nomeadamente os avisos sobre o risco de liquidez e de mercado;
- Estabelecimento de princípios de transparência e boas práticas de governação das instituições (*good governance*);
- Adopção dos melhores padrões internacionais no que concerne à gestão do risco de crédito;
- Reforma visando a expansão e o aprimoramento da Central de Risco de Crédito;
- Processo de elaboração da Lei-Quadro das Instituições financeiras e a harmonização do quadro legal entre o regime relativo ao sector bancário *on-shore* e o sector *off-shore*;
- Implementação de importantes inspecções aos bancos e diagnóstico exhaustivo às grandes exposições de crédito;
- Início do processo de migração para a supervisão baseada em riscos;
- Importantes iniciativas de ordem regulamentar, com destaque para o novo indicador de crédito em risco, mais alinhado com o conceito internacional de crédito vencido (*Non Performing Loan – NPL*);

⁷ *Financial System Assessment Programs (FSAP)* de 2009 e missão de Assistência Técnica do *Monetary and Capital Markets Department (MCMD)* do FMI.

- Realização de estudos sobre o crédito vencido e as exposições dos bancos face aos maiores devedores e ao sector imobiliário e da construção;
- Processo de ajuste de provisões da carteira dos bancos, face ao nível de risco identificado.

Ainda no âmbito das recomendações das missões de Assistência Técnica do MCMD, foram já implementados ou encontravam-se em fase de implementação importantes medidas, designadamente:

- Recomendação de retenção do pagamento de dividendos pelos bancos;
- Definição de Fundos Próprios de base (Tier I) de, pelo menos, 8%;
- Continuação da avaliação da carteira de grandes exposições e alargamento da avaliação a 80% da carteira dos quatro maiores bancos;
- Introdução de um rácio de alavancagem;
- Aprimoramento do sistema de recolha de dados, em conformidade com os padrões internacionais;
- Acompanhamento mais atempado das instituições e estabelecimento de um sistema de alerta antecipado (melhoria do sistema de monitorização);
- Estabelecimento de um quadro de supervisão para os bancos *off-shore*;
- Definição de acções e políticas internas relativas às medidas correctivas e ao processo de intervenção e resolução de instituições financeiras;
- Definição de exercícios de simulação de crises e avaliação da viabilidade de um fundo de estabilização, no âmbito da prevenção e gestão de crises sistémicas.

4. Sector Financeiro Segurador

Em 2012, o sector segurador apresentou uma *performance* menos favorável, comparativamente a 2011. Os prémios de seguro directo reduziram-se 3,2 por cento, fixando-se em 2.185 milhões de escudos.

O valor do prémio *per capita* estimado para 2012 foi de 50,3 dólares, representando uma redução de 6,7 dólares (575,2 escudos), relativamente ao ano anterior.

Quadro 16 - Taxa de penetração e densidade do seguro

Taxa de Penetração e Densidade do Seguro	2010	2011	2012
Taxa de Penetração do seguro na Economia (1)	1,56%	1,52%	1,57%
Prémios de Seguro Directo per capita em USD (2)	52,6	57,0	50,3

(1) Cálculos efectuados com base nas estimativas do PIB do BCV

(2) Cálculos efectuados com base nas previsões de crescimento da população, do INE

Fonte: Banco de Cabo Verde

O resultado líquido do exercício, contrariamente aos últimos três anos, caiu de 263,5 milhões de escudos, no ano transacto, para 198,4 milhões de escudos, em 2012, correspondendo a uma redução de 25 por cento.

Quadro 17 - Resultados e rendibilidade do sector segurador

(em milhões de escudos)

Resultados e rendibilidade	2010	2011	2012
Resultados Líquidos	262,5	263,5	198,4
Variação anual	31,2%	0,4%	-25%
Capitais Próprios	1.603,9	1.927,3	1.926,7
Variação anual	16,3%	20,2%	0,0%
Rentabilidade dos Cap. Próprios	16,4%	13,7%	10,3%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Do ponto de vista prudencial, as provisões técnicas baixaram de 1.895, em 2011, para 1.771 milhões de escudos, em 2012, traduzindo-se numa redução de 6,6 por cento. Importa registar o peso da provisão para sinistros no total das provisões técnicas, que passou de 72 por cento, no exercício anterior, para 74,6 por cento, em 2012.

Quadro 18 - Cobertura das provisões técnicas por activos
(em milhões de escudos)

Cobertura das provisões técnicas por activos	2010	2011	2012
1. Provisões Técnicas	1.807	1.896	1.771
2. Activos elegíveis para representação das provisões técnicas	2.803,3	3.231,4	2.843,5
Grau de Cobertura (2\1)	1,55	1,71	1,61

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os activos disponíveis para representação das provisões técnicas excederam significativamente as responsabilidades assumidas, mas o seu grau de cobertura por activos representativos manteve um valor elevado (1,61 por cento), apesar da ligeira quebra observada comparativamente a 2011.

Em 2012, o montante de capitais próprios elegíveis assegurou uma cobertura da margem de solvência em 300 por cento, contra 279 por cento no exercício anterior.

Quadro 19 - Margem de solvência
(em milhões de escudos)

Margem de solvência	2010	2011	2012
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.574	1.632	1.787
2. Montante da Margem a Constituir	528	585	594
Rácio de Solvência (1\2)	2,98	2,79	3,00

Fonte: Banco de Cabo Verde.

5. Mercado de Valores Mobiliários

5.1 - Actividade

O Mercado de Valores Mobiliários, à semelhança dos demais mercados, ressentiu-se igualmente dos acontecimentos externos menos favoráveis. Com efeito, em 2012, o volume de transacções na bolsa foi de 357,8 milhões de escudos. Reduziu-se em 52 por cento, face a 2011. As emissões no mercado primário totalizaram 11.482 milhões de escudos, dos quais 9.080,0 milhões de escudos foram títulos do Estado, tomados à cotação.

Quadro 20 - Capitalização bolsista

(em milhões de escudos)

Ano	Capitalização Bolsista	Dividend yield	Varição da CB	CB / PIB
2009	18.163,1	nd	-	11,4%
2010	21.848,3	nd	20,3%	15,8%
2011	22.975,5	nd	5,2%	15,5%
2012	28.211,1	nd	22,8%	20,3%

CB - Capitalização bolsista corrigida

PIB - Estimado com base nas novas contas nacionais do INE, tendo em conta as recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993

PIB - Produto Interno Bruto

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e cálculos do Banco de Cabo Verde

A capitalização bolsista foi de 28.211 milhões de escudos, registando uma variação positiva de 23 por cento, relativamente ao ano anterior. Em percentagem do PIB, a capitalização bolsista foi de 20 por cento.

Por segmento, a capitalização bolsista encontrou-se distribuída conforme o quadro que se segue:

Quadro 21 - Capitalização por segmentos - 2012

Capitalização por segmento - 2012	%
Segmento accionista	24,8%
Segmento Obrigações de Empresas	46,7%
Segmento Obrigações do Tesouro	28,4%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e cálculos do Banco de Cabo Verde

5.2 - Riscos

No âmbito do acompanhamento e análise, a Auditoria Geral de Mercado de Valores Mobiliários – AGMVM – classifica as empresas emitentes analisadas, de acordo com os seguintes critérios de risco:

- (i) elevado – quando existe falta de autonomia financeira e dependência em relação ao capital alheio, o que leva a um elevado nível de endividamento junto ao mercado financeiro e ao risco de contraparte para os investidores, devido, essencialmente à possibilidade de incumprimento e execução da garantia;
- (ii) moderado (médio) – quando existe uma acentuada deterioração do volume de negócios e do resultado líquido, em consequência do contexto financeiro nacional e internacional;
- (iii) baixo – quando há incumprimento do dever de informação e transparência, de deficiências a nível de gestão e necessidades de alinhamento do quadro regulamentar.

Em relação aos riscos acima assinalados, verificou-se algumas situações de incumprimento relativamente ao pagamento de juros aos investidores considerados institucionais.

Adicionalmente, a identificada vulnerabilidade das empresas, aliada à conjuntura interna e internacional menos favorável, poderá comprometer a garantia do pagamento dos cupões e assim representar riscos acrescidos para o sector financeiro. Perante esta situação, os diferentes intervenientes no mercado – reguladores, supervisores, emitentes, intermediários financeiros – devem conjugar esforços visando mitigar os riscos, contribuindo assim para o contínuo crescimento do mercado de valores mobiliários e o financiamento sustentável da economia, em condições de estabilidade.

6. Infra-estrutura e regulação do Sistema Financeiro

6.1 - Sistema de pagamentos

O sistema de pagamentos nacional continuou a garantir, em 2012, a eficaz execução do fluxo de liquidação de operações, contribuindo desse modo para a dinâmica e estabilidade do sistema financeiro.

Em 2012, manteve-se a mesma tendência de crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela evolução crescente da utilização de instrumentos electrónicos, particularmente os cartões de pagamento que, no total das transacções, representaram 76,8 por cento das transacções efectuadas com instrumentos de pagamento em uso no território nacional. Consequentemente, esta evolução reflectiu-se na curva descendente do rácio “preferência pela moeda do banco central”, o que traduz a preferência dos cabo-verdianos pelo uso dos instrumentos electrónicos.

O sistema de liquidação (Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL) registou um crescimento total de operações processadas, quer em quantidade quer em valor, situando-se em 6.461.487 operações, no valor de 1.081.744,6 milhões de escudos. Em linha com a tendência dos anos anteriores, a liquidação por compensação contribuiu com 99,9 por cento do total das operações liquidadas e com 17,2 por cento do total do valor processado, enquanto a liquidação por bruto representou apenas 0,1 por cento do total das operações liquidadas e teve uma participação substancial em valor, na ordem dos 82,8 por cento.

No decurso do ano de 2012, os quatro subsistemas do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) processaram, em conjunto, 6.452.564 operações, perfazendo um total de 185.670,2 milhões de escudos. Estes números representam, face ao ano anterior, um ligeiro acréscimo em quantidade (8,5 por cento) e um incremento ligeiro de valor, tendo sido compensadas e liquidadas mais 506.285 operações, equivalentes a 1.528,9 milhões de escudos.

No que concerne à compensação de cheques, o subsistema de cheques e documentos afins processou 350.170 documentos, num total de 78.027,2 milhões de escudos, o que denota uma ligeira diminuição de 4,9 por cento em quantidade e de 7,7 por cento em valor, relativamente ao ano transacto, não obstante o cenário de aumento das devoluções (em número de 3.389 para 3.600) registadas em 2012.

No que diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Banco de Cabo Verde na área de sistema de pagamentos, as acções desenvolvidas em 2012 centraram-se em:

- Preparação das especificações técnicas no domínio do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação, assente na filosofia de comunicação via troca de mensagem, tendo sido já elaborado o primeiro draft do Catálogo e Mensagens que define os conteúdos de informação de liquidação e de respostas que deverão ser trocadas entre o SGDL e os participantes/subsistemas, visando a implementação da funcionalidade de real-time (automatização) do Sistema;
- Definição e preparação das especificações técnicas para a implementação da Facilidade de Crédito Intradiário e do Gestor de Fila de Espera, ambas funcionalidades facilitadores de gestão de liquidez previstas para o SGDL;
- Acompanhamento da implementação do Sistema de Comunicação Electrónica entre o Banco de Cabo Verde e o Tesouro, no âmbito do projecto de bancarização do Estado;

- Análise, estudo e definição, conjuntamente com a SISP, de um Modelo para o serviço de *Mobile Payment*, que se pretende implementar no país;
- Realização de acções de inspecção às instituições de crédito, com o objectivo de avaliar o cumprimento das normas legais relativas ao processo de restrição ao uso do cheques e verificar o cumprimento do regime jurídico relativo à movimentação de fundos entre contas de depósito à ordem.

Relativamente aos restantes “*stakeholders*” do sistema, e focando na tendência de bancarização da população, as actividades incidiram basicamente na melhoria dos serviços e infra-estruturas de pagamentos já existentes visando uma maior abrangência, em termos de cobertura territorial, e de maior oferta de serviços e produtos, quer através do alargamento da rede de agências, do desenvolvimento da banca virtual e de outros canais electrónicos de acesso à banca, como também da expansão/reforço da rede de ATM e POS a outras zonas e concelhos do país.

6.2 - Regulação do sistema financeiro

Em 2012 foram tomadas importantes medidas de ordem regulamentar, com vista ao reforço do sistema financeiro cabo-verdiano.

No âmbito da área bancária, foram publicados:

- Instrução técnica do Crédito em Risco – Anexa à Circular Série “A” nº 166 de 2012.11.02;
- Celebração do protocolo entre o Banco de Cabo Verde e a Direcção Geral do Tesouro, no âmbito da implementação do Sistema de Comunicação Electrónica;
- Divulgação do Caderno nº 3 da Série Sistemas de Pagamento, sobre o tema “Rede Vinti4”.

No quadro das actividades das instituições seguradoras, foram publicados:

- Portaria nº 7/2012, de 28/02/2012, que estabelece o Montante Mínimo e as Condições de Seguro de Responsabilidade Civil na Actividade de Promoção Imobiliária – B.O. I Série nº 12, de 28/02/2012;
- Aviso nº 1/2012, de 01 de Março, que publica Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas do novo Plano de Contas para as Empresas Seguradoras – B.O II Série nº 14, de 01/03/2012;
- Rectificação à Portaria nº 7/2012, que estabelece o Montante Mínimo e as Condições de Seguro de Responsabilidade Civil na Actividade de Promoção Imobiliária – B.O. I Série nº 16, de 07 de Março de 2012;
- Portaria nº 10/2012, de 15/03/2012, que especifica os documentos necessários à comprovação da posse dos Requisitos de Acesso e Permanência nas Actividades de Mediação e Angariação Imobiliária – B.O. I Série nº 17, de 15/03/2012.

No âmbito do mercado de capitais foram publicados:

- Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27/01/2012, que aprova o Código do Mercado de Valores Mobiliários – B.O. I Série nº 5, de 27/01/2012;
- Rectificação à Lei nº 7/VIII/2011, que concede ao Governo autorização legislativa para, no âmbito de um novo Código do Mercado de Valores Mobiliários, definir o Regime dos Ilícitos Criminais e de mera Ordenação Social incluindo os aspectos Processuais – B.O. I Série nº 6, de 31/01/2012;

- Republicação do Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27 de Janeiro de 2012, que ratifica o Código do Mercado de Valores Mobiliários – B.O. I Série nº 21 de 03/04/2012.

No quadro das actividades da Unidade de Informação Financeira (UIF) foram publicados:

- Decreto-Lei nº 9/2012, de 20/03/2012, que regula a Organização Competência e Funcionamento da Unidade de Informação Financeira, abreviadamente UIF – B.O. I Série nº 18, de 20/03/2012;
- Resolução nº 31/2012, de 19/11/2012, que nomeia uma Magistrada do Ministério Público para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora da Unidade de Informação Financeira – B.O. II Série nº 66, de 19/11/2012.

7. Considerações finais

A deterioração contínua do enquadramento externo da economia cabo-verdiana, a desaceleração da actividade económica nacional, entre outros factores, condicionaram a actividade, o desempenho e a solvabilidade dos bancos em 2012, contribuindo para um aumento dos riscos para a estabilidade financeira.

Apesar da tendência de desaceleração económica, os bancos em Cabo Verde acusaram um crescimento da actividade bancária, medida pela expansão dos activos. Os resultados e a rentabilidade do sector bancário reduziram-se, tal como se verificou no ano transacto.

Os níveis de incumprimento no crédito continuaram elevados e com tendência ascendente desde 2010. O risco de crédito constitui o principal risco para o sistema bancário, particularmente nos domínios da habitação, construção e consumo. A situação de elevada exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes constitui um factor adicional de risco de agravamento da qualidade da carteira.

O nível de solvabilidade agregada das instituições caiu significativamente, face a 2011, em decorrência do reforço de provisões face às perdas reconhecidas na carteira de crédito.

Os indicadores agregados de liquidez indiciam uma melhoria do nível de liquidez, contudo, as informações reportadas por algumas instituições individualmente apontam para níveis de rácio crédito/depósitos acima dos 100 por cento e gaps apreciáveis de liquidez, o que se pode materializar em estrangulamentos de liquidez, potencial acréscimo dos custos de financiamento e, por conseguinte, num aumento significativo do risco.

O sector segurador registou um ligeiro aumento da taxa de penetração na economia e acusou um nível de solvabilidade elevado e boa margem de solvência.

O volume de transacções na Bolsa de Valores reduziu-se significativamente, face a 2011, com o abrandamento da actividade económica nacional.

Os *stress tests* apontam para potenciais riscos de perda da qualidade da carteira de crédito das instituições bancárias, em caso de materialização de choques de crédito, especialmente nos sectores da construção, habitação e consumo. Os testes alertam igualmente para o elevado risco de exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

As incertezas acerca da retoma económica nacional e internacional indiciam que a tendência de agravamento dos factores de risco deverá persistir, pelo que o Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de regulação e supervisão, reafirma o seu propósito de continuar a implementar as estratégias e medidas necessárias para reforçar a solidez das instituições e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

